
a língua falada no ensino de português

ataliba t. de castilho

SBD-FFLCH-USP



262825

EDITORA
CONTEXTO

C348L

6. ed.

e.13

Copyright © 2004 Ataliba T. de Castilho

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Projeto gráfico e diagramação
ABBA Produção Editorial Ltda.

Projeto de capa
Jaime Pinsky

Capa
Binho's Fotolito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castilho, Ataliba Teixeira de
A língua falada no ensino de português / Ataliba T. de Castilho.
6ª ed. – São Paulo : Contexto, 2004

Bibliografia
ISBN 85-7244-095-X

1. Comunicação oral 2. Fala 3. Linguagem e línguas – Estudo e ensino
4. Português – Estudo e ensino 5. Sociolinguística I. Título

98-1296

CDD-469.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua falada: Português : Lingüística 469.1

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
FAX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2004

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE



21300137073

*Para Dino Preti, Luiz Antonio Marcuschi
e Milton do Nascimento,
companheiros nesta jornada.*

capítulo III

a sentença

A gramática de uma língua natural tem como objeto empírico o estudo da sentença. Isso envolve um problema teórico e um problema metodológico.

O problema teórico diz respeito ao conceito de sentença e às estratégias que vamos utilizar para descrevê-la, sobretudo na LF, em que os limites categoriais são ainda menos nítidos do que na LE.

O problema metodológico é o da transcrição gramatical dos dados, como uma forma de constituir e clarear o objeto de análise.

Examinarei a seguir essas duas questões, mas gostaria de deixar claro que a boa execução destas propostas pressupõe que os alunos estejam bem familiarizados com a identificação das classes de palavras.

0.1 - Conceito de Sentença

O objeto da Sintaxe é o estudo da sentença, ou oração, ou frase, ou cláusula, de acordo com as diferentes terminologias disponíveis.

O número de definições de sentença é assustador, e alguns historiadores das idéias gramaticais têm-se divertido enumerando-as. Não é este o lugar para um debate mais extenso sobre o assunto, elaborado em qualquer bom manual de sintaxe. Por ora, vamos reter que a sentença é um somatório de propriedades fonológicas, sintáticas, e semântico-informacionais.

(1) A sentença tem propriedades fonológicas, pois "a oração é um grupo de palavras dotadas de uma entonação própria": Câmara Jr. (1964: 163).

(2) A sentença tem propriedades sintáticas: "a oração é um grupo de palavras composto de dois constituintes básicos, o sintagma nominal e o sintagma verbal, conectados pela relação predicativa, que é o que constitui toda oração e é assinalada por certos indícios formais (a chamada concordância de número e de pessoa): Alarcos Llorach

(1970: 111). Essa definição mostra que por "propriedades sintáticas" se entende (i) a estrutura sintagmática das sentenças, descrita em gramáticas como as de Mira Mateus et alii (1989) e Perini (1995), e (ii) a estrutura funcional, ou seja, o fato de que, ao se associarem na sentença, os sintagmas assumem significados de que não dispõem enquanto itens lexicais isolados. É o verbo que atribui aos sintagmas tais funções, como as de sujeito e de complementos. Para desempenhar esse papel, o falante aproveita a morfologia do verbo, na forma descrita no item 1.2. Uma definição que se concentra na estrutura funcional das sentenças é a de Galves (1988): "a oração é a projeção sintática das propriedades de subcategorização de um verbo, em outros termos, a projeção da estrutura argumental desse verbo. Nesse sentido, o verbo é o núcleo da oração".

(3) Finalmente, a sentença tem propriedades semântico-informacionais, fato já referido no capítulo anterior. A gramática tradicional se concentra com maior vigor nestas propriedades. Aqui há desde intuições muito interessantes até verdadeiras incompreensões sobre as lições dos gramáticos antigos. Começemos por Apolônio Díscolo (séc. I d. C.: 1,2), para quem "a oração perfeita [se constitui] pela coerência dos significados", ou "a sentença é um conjunto de casos semânticos acionados pelo verbo". Nossas gramáticas escolares entenderam mal o adjetivo "perfeita", e a expressão "coerência dos significados" da definição acima, cunhando a clássica definição "a sentença é um conjunto de palavras com sentido completo". Você deve estar cansado de ler essa definição, agora, já se perguntou sobre o que seria o tal de "sentido completo"? Um livro inteiro encerraria algum tipo de sentido completo? É possível operacionalizar tal definição, "catando" sentenças num texto a partir dela? Câmara Jr. (1964: 164) e Rona (1972: 182) já comentaram o vício de origem desta definição, derivado de uma tradução equivocada do termo grego *autotelés*, constante da definição de Dionísio da Trácia e de Apolônio Díscolo. Esse termo aparecia na expressão *lógos autotelés*, "expressão com um fim em si mesma, auto-sustentada", com a qual eles definiam a sentença. Ora, com essa expressão os gregos estavam destacando a importância das sentenças numa situação comunicativa, num texto, em que cada uma delas tem de ter uma atuação autotélica, funcionando como um conjunto de elementos ligados solidariamente, para a constituição do sentido textual. Ou, como vimos no capítulo anterior, contribuindo para a constituição do Tópico Conversacional. O engano, solidamente implantado em nossa tradição gramatical, foi ter assimilado *autotelés* a "perfeito, completo", tratando a

sentença como um recorte lingüístico independente do texto em que ela figura. Agora que Você já sabe disso, saia fora dessa definição, e recolla aquelas que possam ser operacionalizadas em suas reflexões.

A propriedade informacional da sentença aponta para o fato de que ela "se realiza como unidade comunicativa, bipartindo-se em Tema (ou tópico) e Rema (ou núcleo, ou comentário, ou foco), ou, ainda, num segmento comunicativamente estático, oposto a um segmento comunicativamente dinâmico": Ilari (1986b: 37). No capítulo anterior Você já se inteirou da Teoria da Articulação Tema-Rema, que focaliza a sentença de seu ângulo informacional.

0.2 - Transcrição gramatical

Nos capítulos anteriores, vimos que uma transcrição adequada das entrevistas representa ao mesmo tempo uma hipótese sobre as estratégias interacionais e da organização do texto e um processo metodológico revelador dessas estratégias. De novo, não nos esqueçamos de que a transcrição "cria o objeto", em matéria de LF.

A transcrição representa, na verdade, uma pré-análise dos dados. Por meio dela, transpomos o dado bruto contido nas fitas magnetofônicas para o estado "semi-idealizado" dos dados configurados por determinada metodologia de transcrição.

Blanche-Benveniste et alii (1979) fizeram uma interessante proposta de transcrição gramatical da LF. Esses autores partem da concepção saussuriana sobre os eixos lingüísticos. Segundo Saussure (1917: 142 e ss.), toda língua natural se desenvolve em dois eixos: o eixo sintagmático ou das sucessões, no qual se depositam os signos verbais produzidos na sequência do tempo, e o eixo das associações, posteriormente denominado paradigmático, no qual podem ocorrer determinados signos em determinados pontos do eixo sintagmático. O eixo sintagmático é o eixo dos signos "em presença", visto que nele os signos se sucedem uns aos outros, e o eixo paradigmático é o eixo dos signos "em ausência", visto que só pode ocorrer um signo de cada vez, ficando os demais como que guardados na memória do falante. Já veremos que essa memória "transborda" na LF, e assim também os signos do eixo paradigmático se realizam "em presença".

Blanche-Benveniste e pesquisadores associados demonstraram que essa teoria não vinha tendo aplicação metodológica na Lingüística moderna. Eles propuseram um processo de transcrição bi-axial da LF,

uma transcrição por grades, que permite visualizar os arranjos sintáticos de um modo bastante claro. As grades são formadas por segmentos horizontais, que representam o eixo sintagmático da língua, e por colunas verticais, que representam o eixo paradigmático, em que são anotadas as hesitações e as repetições, entre outros fenômenos. Levando em conta que o verbo controla a sentença, pode-se transcrever da seguinte forma os exemplos (1) e (2) do capítulo anterior:

(1) D2 SP 333

(1)			olha l	
(2)	eu		Ø	
(3) como	Você		sabe	
(4)	u...:ma pessoa um Director lá da Folha		certa feita () chamou	<— (me)
(5) e	Ø		() incumbiu	<—(me) de escrever sobre televisão
(6)			o que me parece é que	
(7) quando	ele		() Incumbiu	<— (me) disse
(8)	ele		pensou	(5) —>
(9) que	Ø		ia ficar em face	de uma recusa
(10) e que	eu		ia esnoBAR —	Ø
(11) agora	Ø		vamos usar	um termo
(12) que	eu		uso bastante	<— (que)
(13) que	todo mundo		usa muito —	<— (que)
(14)	eu		ia esnoBAR	a televisão
(15) como	todo intelectual		realmente esnoBA...Ø	

(2) DID RJ 18

(1)	ah... isso		evidentemente que influenciou entende?	
(2) ainda mais porque	nós		somos	israelitas entende?
(3)			é	um tipo de cultura muito diferente sabe?
(4)			são	uns valores completamente diferentes
(5)			é	um negócio muito diferente

(6)	Ø	só vivendo mesmo	
(7)	é que você	vê	Ø entende?

Como nessas transcrições estamos considerando a sentença, e sendo ela constituída por um verbo, foi prevista uma coluna especial para essa classe, a coluna 3 nos exemplos (1) e (2) acima. Observando esses exemplos, notamos que alguns verbos não organizam uma sentença, por não disporem de argumentos próprios: (i) *ser* focalizador (ou expletivo) na sexta sentença de (1) e na sétima de (2); (ii) verbos "seriais" do tipo de "*pegou e disse, foi e falou*", que não ocorreram nos exemplos acima; (iii) verbos no infinitivo, no gerúndio e no participio que, por não disporem de sufixos flexionais, não podem "escolher" o sujeito, como ocorreu na quinta sentença do exemplo (1); (iv) também "não merecem uma coluna própria" os verbos usados como fáticos, os quais transcreveremos contíguos ao constituinte junto do qual figuram. A mesma decisão foi tomada quanto aos adjuntos.

Na primeira coluna, figuram os conectivos. Na segunda, o sujeito, ou mesmo as construções de tópico que venham a aparecer. Na terceira, como já se disse, os verbos. Na quarta, os argumentos internos do verbo, o predicativo (como na sentença 2 do exemplo 2), o equativo, ou o argumento único (como nas sentenças 3 a 5 do exemplo 2). Assinalamos por (Ø) os argumentos e os verbos elípticos, e por () os argumentos que mesmo tendo figurado antes do verbo, foram transcritos na quarta coluna, assinalados por "<—".

Algumas lições podem ser tiradas dessa forma de transcrever os dados:

1) Nesses arranjos, ambos os eixos da língua estão presentes, e ambos são produzidos na linha do tempo. A transcrição mostra a necessidade de integrar na argumentação gramatical a "sintaxe vertical", dada pelo eixo paradigmático, mais freqüente na LF que na LE. Em (1), o lugar do sujeito da quarta sentença (a segunda é anacolítica) foi preenchido duas vezes, gerando esse tipo de sintaxe.

2) Os segmentos discursivos, isto é, aqueles não governados pelo verbo, figuram contíguos ao segmento sintático. É o caso de marcadores de hesitação, como *ah*, do exemplo (2), ou mesmo os fáticos usados nesse mesmo exemplo.

3) Particularmente com respeito ao estudo da sintaxe na LF, a transcrição permite (i) identificar as sentenças esboçadas, ou anacolíticas (como "eu", em (1), que iniciava uma sentença cujo foco estava

na primeira pessoa, a pessoa do falante, estratégia que ele preferiu abandonar, colocando ali um sintagma nominal, portanto uma terceira pessoa, "uma pessoa"), (ii) identificar as sentenças "canônicas", em que todos os argumentos verbais foram preenchidos, (iii) identificar as sentenças em que ocorreu a elipse de algum constituinte.

Essas transcrições conferem uma grande visibilidade às relações sintáticas, permitindo estabelecer um plano sistemático de observações. Para isso, formularei quesitos a partir dos processos discursivo-computacionais de ativação, reativação e desativação já mencionados anteriormente. Então, prepare-se! Já transcreveu gramaticalmente suas entrevistas? Isso quer dizer que seus materiais estão prontos para os nossos projetinhos. Lá vêm eles!

1. Construção sentencial por ativação

Ora ora, pois pois. Então, se uma sentença decorre da ativação das propriedades gramaticais do Verbo, segue-se que estudar a organização das sentenças é fotografar o funcionamento dos verbos. Interessante. Agora, discutir como os falantes organizam suas sentenças, isto já é um projeto para toda a vida. Quanto mais Você transcreve e espia as transcrições, tanto mais perguntas vão surgindo. Vou limitar-me neste item a três quesitos: (i) a escolha do verbo, (ii) a organização da estrutura argumental da sentença, (iii) a adjunção. Juntamente com seus alunos, faça outras perguntas e complete este item do livro.

1.1 - A Escolha do verbo

Na Introdução deste capítulo, vimos que o verbo, uma das categorias principais, organiza a sentença. A escolha do verbo, portanto, tem aí uma importância crucial. Os linguistas têm destacado o papel do falante na escolha da perspectiva do evento que se quer verbalizar. Assim, numa operação de compra e venda, o comprador usa o dinheiro e recolhe os bens. O vendedor entrega os bens e recolhe o dinheiro. Temos, portanto, o comprador, o vendedor, o bem transacionado e o dinheiro. Ao verbalizar esse evento, o falante tem as seguintes possibilidades: (i) se quer pôr em relevo o comprador, escolhe o verbo *comprar*; (ii) se o vendedor, escolhe *vender*; (iii) se o dinheiro despendido, escolhe *gastar*; (iv) finalmente, se ele quer pôr em relevo os bens adquiridos, escolhe *custar*, gerando sentenças como:

(3) *Comprei livros por trinta reais.*

(4) *Vendi livros por trinta reais.*

(5) *Gastei trinta reais com livros.*

(6) *Os livros custaram trinta reais.*

Um fenômeno que as sentenças contextualizadas de nossas transcrições permite ver claramente é o da gênese do Rema, codificado por um verbo e seus argumentos, constituindo-se o Sintagma Verbal (SV). Vejamos o seguinte texto narrativo:

(7) *eu estive na... em Cumaná... tinha uma praia... um litoral muito bonito que aliás é muito parecido com o nosso litoral norte... sabe? mas eu não conheço o nosso litoral norte... e... fiquei lá durante três meses e nesse tempo todo eu conheci bastante (inaudível) o povo de lá... que é bem diferente... e... bem diferente de nós... (...) são por exemplo esses lá... é nessa praia que pertence à Universidade... como aqui na nossa Oceanografia também pertence à USP... e... toda a Universidade de testa ir pra... e todo o curso foi feito ali... inclusive nós saímos assim durante... fazer compras de material e tudo e... ah: ... e conhecemos toda a região... sabe? (D2 SP 167: 7-30).*

A seleção dos verbos nesse texto correlaciona-se com as seguintes necessidades discursivas:

1) "Quem / o que é X?" Respondendo a essa pergunta, introduzimos o Tópico Conversacional, seja ele uma pessoa, sejam uma coisa. Os Verbos Apresentaçãoais, do tipo "tem gente na sala", "foi isso", "trata-se do seguinte", "há pessoas que não entendem de nada", etc., desempenham esse papel. Não apareceram verbos desse tipo em (7), mas sim em (2), em que as sentenças de 3 a 5 foram construídas com o Verbo *ser* Apresentaçãoal. Note que tais verbos organizam sentenças do tipo "V + X", isto é, o verbo vem sempre frontado, seguido de um sintagma cujo referente é o que se quer introduzir na conversa.

Examinando a sentença do ponto de vista da articulação Tema-Rema, pode-se dizer que os Verbos Apresentaçãoais tematizam a sentença, concentrando-se a declaração propriamente dita no sintagma que se segue. Tal sintagma será, portanto o Rema da sentença. Uma análise dos materiais do Projeto NURC/Brasil mostrou que 7% das sentenças são tematizadas por verbos desse tipo.

2) "Como é X?" A resposta a esse quesito será uma caracterização do Tópico. Para satisfazê-lo, serão selecionados os Verbos Equativos de estrutura "SN é SN", como em "mãe é mãe", e os Verbos Atributivos de estrutura "SN é Sintagma Adjetivo (SAdj)", como em "o

povo de lá é bem diferente". Equativos e Atributivos selecionam Temas semanticamente estáticos.

3) "O que X faz?" A resposta a essa pergunta leva à seleção de Verbos Biargumentais de Ação do tipo "X faz Y", como em "nós fizemos o curso ali", que apresentam o Tema numa forma dinâmica.

4) "O que aconteceu a X?" Selecionam-se os Verbos de Estado e do tipo "X está Y", como em "fiquei lá durante três meses" e os Verbos de Evento, do tipo "X sabe Y", como em "eu conheci bastante o povo de lá". Esses verbos apresentam o Tema como um estado resultante de uma operação anterior, do tipo "X viu Y", portanto "X conhece Y", "X sabe Y".

5) "Como ficou X após ter feito Y?" Selecionam-se os Verbos Transobjetivos, do tipo "X faz Y e Y está Z", como em "os pesquisadores encontraram o povo doente".

Os SVs assumem diversas estruturas, de que os cinco arranjos acima representam apenas uma generalização. De acordo com DuBois (1980: 227), os verbos de tipos 1 e 2 integram o "modo descritivo", ao passo que 3 e 4 integram o "modo narrativo". Segundo esse mesmo Autor, cada vez que se introduzem novas personagens numa narrativa, volta-se ao esquema representado em 1 e 2. Desnecessário dizer que as narrativas não apresentam seus verbos na sequência indicada, ordenando-os de diversas maneiras. De todo modo, Você pode agora retornar às suas análises textuais, selecionar af as UD's descritivas e as narrativas, verificando com seus alunos se as afirmações acima são verdadeiras. A pressuposição de DuBois é que propriedades textuais e sintáticas se escoram umas nas outras. Quem diria, hein?! Admitir uma ligação entre os tipos de transitividade, assunto que parecia tão exclusivamente sintático-sentencial, aos tipos de texto, que parecia um negócio de literatura!!

Selecionado o item cujas propriedades atendem às necessidades discursivas mencionadas, desencadeiam-se esquemas secundários tais como (i) a seleção do tempo, do modo e da voz, (ii) a seleção dos argumentos do verbo, e (iii) a seleção do lugar de figuração dos argumentos em relação ao verbo. Vou examinar o segundo e o terceiro desses aspectos, deixando o resto para Você.

1.2 - Organização da estrutura argumental da sentença

As gramáticas escolares e as teorias sintáticas destacam a propriedade que os verbos têm de "exigir, demandar, articular, subcategorizar" determinados "termos, actantes ou argumentos", os quais lhe "completam, determinem, especifiquem" o sentido, constituindo juntamente com eles o predicado verbal.

Essa propriedade fundamental do verbo é a de *transitividade*. A propriedade da transitividade assegura ao verbo a constituição de sua estrutura argumental, de que resulta a sentença. O vocábulo *argumento* está sendo utilizado aqui no sentido de "termo adjacente ao verbo, por ele subcategorizado". Numa língua como a portuguesa, pode-se dizer que radical do verbo subcategoriza os argumentos internos (ou complementos), assim denominados por que são gerados "no interior do SV", ao passo que a flexão do verbo subcategoriza o argumento externo (ou sujeito), gerado "fora do SV". Essas afirmações se baseiam no fato de que o verbo (i) tem em sua morfologia dois constituintes, o radical e as desinências, fato que teria uma óbvia consequência sintática, e (ii) concorda com o sujeito, o que é indicado pela flexão, mas não concorda com o complemento. Os argumentos verbais têm, portanto, um comportamento sintático diverso.

Como o verbo concorda com o sujeito e não concorda com o complemento, cria-se uma assimetria no interior da sentença, fato já observado na gramática clássica. Distingua-se ali o "caso reto", uma propriedade do sujeito, do "caso oblíquo", uma propriedade dos complementos. Uma metáfora geométrica está por traz dos termos "reto" e "oblíquo": em línguas como o grego, o latim (e também o português), o verbo concorda com o sujeito, e por isso esses constituintes se mostram como que emparelhados, dispondo-se num mesmo plano. Por outro lado, como não há concordância entre o verbo e seus complementos, eles se mostram em planos distintos, em que o complemento se afasta do verbo, situando-se num plano oblíquo. A gramática portuguesa especializou a expressões "caso reto" e "caso oblíquo" para descrever a morfologia pronominal. Mas agora Você entendeu que esse lance de reto e oblíquo capta um fenômeno gramatical mais amplo do que a morfologia de uma classe. Legal, não?

Um outro modo de ver esta questão dos casos é constatar que eles remetem às duas relações sentenciais básicas: a relação de predicação, que se estabelece entre o verbo e o caso reto / sujeito, e a relação de

complementação, que se estabelece entre o verbo e o caso oblíquo / complementos. O verbo predica do sujeito, isto é, atribui-lhe uma propriedade. E completa sua grade temática através dos complementos. Espertinho esse verbo, hein? Olha para um lado e para outro, comandando a organização da sentença. Se fôssemos romanos, talvez o chamássemos de "categoria janceira", em homenagem ao deus Janus, representado na mitologia por uma figura bifronte. Entendeu agora por que chamamos o primeiro mês do ano de "janeiro"? Pois é, ele também olha para trás, o ano que passou, e para frente, o ano que vem vindo. Não perca a próxima atração do nosso almanaque!

Mas pensemos agora nos outros atores da transitividade, os nomes e os pronomes, igualmente palavras principais. Habitualmente, descreve-se a transitividade verbal a partir de exemplos em que o verbo seleciona argumentos preenchidos por nomes substantivos: A dificuldade levantada por essa prática foi tacitamente reconhecida pela primeira vez, salvo engano, por Alarcos Llorach (1970: 110). Esse sintaticista preferiu examinar as relações entre o verbo e os pronomes adjacentes. Pronomes não têm sentido autônomo, como os nomes. Na verdade, o hábito de estudar combinações de verbos com substantivos radica na postulação de que o nome substantivo é uma "classe primitiva", ao passo que os pronomes seriam "classes derivadas", pois substituem o nome. Essa compreensão dos substantivos decorre da interpretação discursiva dessa classe na reflexão gramatical no Ocidente. Os substantivos são, de fato, indispensáveis à articulação discursiva, em que podem funcionar como Tópico conversacional. Impossível contar alguma coisa sem substantivos. É por isso que os gramáticos latinos os chamaram assim. Você de certo já andou dissecando essa palavra, cuja anatomia encerra *sub* "embaixo" + *sta* "estar" + *nt* "aquilo que" + *ivo*, um sufixo derivacional. Substantivo: "aquilo que está embaixo, na base". Na base do quê? Do discurso. Entretanto, estabelecer uma correspondência automática entre uma designação que remete ao mundo do discurso e um fenômeno do mundo da gramática complica a análise. Vamos examinar esse argumento mais de perto.

Na articulação gramatical da língua, o pronome poderia, em relação aos nomes, ser considerado como uma classe primitiva, funcionando os substantivos como "propronomes". Blanche-Benveniste et alii (1984: 26) argumentam que a tradição tem insistido em que "o elemento pronominal seria o resultado, explícito ou implícito, de um processo de pronominalização, [o que é] fundado freqüentemente numa argu-

mentação pragmática. Apenas recentemente os inconvenientes dessa abordagem foram denunciados por diversos autores. (...) Nós deduzimos uma teoria inversa da teoria herdada: é o pronome - ou a unidade subjacente induzida a partir do pronome - que constitui a base lingüística do enunciado. Os outros elementos podem ser apresentados como sendo o resultado do processo de lexicalização". Em consequência dessa posição, um termo pronominal e um termo nominal evidenciam uma relação de proporcionalidade, e não de substituição, como faz crer o raciocínio que toma o substantivo como ponto de partida.

Esse novo estatuto atribuído ao pronome permite investigar a estrutura argumental do verbo de modo mais seguro, visto que não serão acaretadas para o interior da análise todas as complicações inerentes aos sentidos dos substantivos e às restrições seletivas que se estabelecem entre eles e o verbo. Afinal, pronomes - e aqui se está pensando nos Pronomes Pessoais, os pronomes por excelência - não têm sentido, e assim se pode com mais segurança descrever a estrutura sentencial em sua organização esquelética, por assim dizer. A proposta de Blanche-Benveniste et alii (1984) foi por eles mesmos denominada "abordagem pronominal da sintaxe".

Aplicando-se esse procedimento de análise ao português, identificam-se relações argumentais e não-argumentais entre o verbo e seu termo adjacente:

(1) Relação argumental: o termo adjacente subcategorizado pelo verbo é proporcional a um pronome. Se esse pronome for *ele*, e o verbo com ele concordar, identificamos o sujeito. Se esse pronome for do caso oblíquo, ou se for preposicionado, identificamos um argumento interno, caso em que teremos as seguintes possibilidades: (i) se o termo é proporcional aos clíticos acusativos *me / te / o*, esse argumento é um Objeto Direto, como em

(8) *Ela descobriu seu namorado = Ela descobriu-me / descobriu-te / descobriu-o;*

(ii) se o termo é proporcional ao clítico dativo *lhe*, esse argumento é um Objeto Indireto, como em

(9) *O livro pertence ao aluno = O livro lhe pertence;*

(iii) se o termo é proporcional a uma preposição + *ele*, a um Advérbio de Lugar, ou a um Demonstrativo neutro, esse argumento é um Oblíquo, como em

(10) *Preciso do livro = Preciso dele.*

(11) *Luis foi ao Peru com Maria = Luis foi lá com ela.*

(12) *O livro custou trinta reais = O livro custou isso.*

Como se sabe, a Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira meteu num mesmo saco o Objeto Indireto e o Oblíquo, embora esses termos tenham propriedades sintáticas diferentes. Sobre o Oblíquo, v. Mira Mateus et alii, (1989: 169-170).

As relações argumentais, que cobrem tanto a predicação quanto a complementação, constituem a *estrutura de fundo* das sentenças. Sobre isso, Kato-Nascimento et alii (1996b) e Dillinger-Galves et alii (1996).

(2) Relação não-argumental: o termo adjacente não é proporcional a um pronomes, caracterizando-se uma conexão sintática fraca entre ele e o verbo. Nesse caso, temos as seguintes possibilidades: (i) o termo integra o próprio predicado, e temos o Equativo e o Predicativo; (ii) o termo indica uma circunstância do predicado, ou modifica o predicado, e temos um Adjunto. Identificamos, respectivamente, (i) o Equativo, como em

(13) *A fita é a base do inquérito.*

ou O Predicativo, como em

(14) *O menino é alto.*

ou (ii) o Adjunto, como em

(15) *Ele chegou hoje e falava nervosamente.*

Lyons (1977: 472) mostra que o Equativo é distinto do Predicativo. O Equativo (i) é preenchido por um SN, (ii) estabelece uma "equação semântica" entre o referente do SN Sujeito ao referente do SN Equativo, promovendo uma paráfrase léxica, (iii) ambas as expressões não são redutíveis a um só sintagma, e, além disso, (iv) os SNs são intercambiáveis na sentença:

(13a) *A base do inquérito é a fita.*

(13b) **fita base do inquérito.*

O Predicativo (i) é preenchido por um SAdj, que (ii) expressa uma propriedade do sintagma, (iii) se intercambiadas, essas expressões

96

92

dão lugar a uma sentença estilisticamente marcada, e (iv) ambas as expressões podem constituir um único SN:

(14a) *Alto é o menino.*

(14b) *menino alto.*

Nem todos os verbos subcategorizam argumentos, e nesse caso não constituirão sentenças. É o caso dos verbos muito gramaticalizados, como *ser* expletivo de (16):

(16) *Fulano é que chegou = Fulano chegou.*

e de expressões como *fazer [de conta] que*, como em

(17) *Um policial faz que inspeciona o hospital = Um policial inspeciona o hospital.*

As relações não-argumentais constituem a *estrutura de figura* da sentença, por oposição à estrutura de fundo.

Bom, agora que dispomos de uma percepção do que é a estrutura argumental da sentença, podemos inspecionar nossos dados, lançando mais projetinhos no pedaço. Vejamos como os falantes constroem o Sujeito e o Objeto Direto em nossas entrevistas. Depois, daremos um balanço sobre o modo como os falantes organizam o Tema e o Rema sentenciais.

1.2.1 - O Sujeito

Para examinar como se constrói o Sujeito na LF, formularemos as seguintes perguntas aos nossos dados: (1) Qual é a relação entre o sujeito e o Tema sentencial? (2) Que classes gramaticais preenchem a função de sujeito? (3) Qual é a posição do sujeito na sentença? Sobre o sujeito elíptico, v. item 3.2.

(1) *Sujeito e Tema sentencial. A Construção de Tópico*

Esta primeira questão tem por objetivo estabelecer uma transição entre o estudo do texto e o estudo da sentença. Para encaminhá-la, retomemos a Teoria da Articulação Tema-Rema. Segundo essa teoria, o Tema é o constituinte que figura em primeiro lugar na sentença. Vale a

97

pena lembrar que não há correspondência estrita entre Tópico conversacional (= categoria do sistema discursivo) e Tema sentencial (= categoria do sistema gramatical). Assim, numa conversa sobre "fita", esse Tópico pode sintaticizar-se como uma construção de tópico (*A fita ela estava sobre a mesa*), como sujeito (*A fita estava sobre a mesa*), como objeto direto (*Alguém apanhou a fita*), como adjunto (*Na fita estavam as revelações mais terríveis*), e assim por diante. Uma demonstração adicional dessa falta de correspondência entre uma categoria do Discurso (o Tópico Conversacional) e uma categoria da Gramática (o Tema sentencial) já apareceu no item 1.2 do capítulo anterior.

Se o Tema é o primeiro constituinte da sentença, que expressões os falantes estão dispondo nessa posição? Examinando a construção do Tema sentencial na entrevista D2 SP 333, parte da qual transcrita como exemplo (1) neste livro, constatei que predominaram os SNs (52%, 76% dos quais nucleados por pronomes), seguidos das anáforas zero (24%), dos Sintagmas Preposicionados, doravante SPs (11%), dos Sintagmas Adverbiais, doravante SADVs (6%) e dos Verbos monoargumentais (7%).

Mas todos esses Temas assumiram a função de sujeito? Claro que não. Nos mesmos materiais acima, o Tema funcionou como Sujeito em 74% dos casos, como Adjunto Adverbial em 17%, como Verbo Apresentativo em 7% e como Objeto Direto em 2%.

A pesquisa mencionada acima mostra que o Tema-sujeito é predominantemente um Nome ou um Pronome. Ilari (1986b) estava certo quando afirmou que o Tema constitui uma "ação de referência", como vimos na introdução ao Cap. II.

Outro fato interessante é que no lugar do Tema sentencial figura, frequentemente, uma Construção de Tópico (CT). Uma CT é um SN que vem antes da sentença, como em

(18)

a casa da fazenda	ela	era	uma casa	antiga tipo colonial brasileiro janelas largas
-------------------	-----	-----	----------	--

(DID SP 18: 8).

ou no final, como em:

(19) mas o cinema sempre... sempre continuou a existir... o cinema brasileiro... (EF SP 153: 39-45).

caso em que o SN tem sido denominado "antitópico".

Refletindo sobre a CT de (18), constata-se que ela fornece um quadro de referências, a partir do qual vai girar a predicação contida na sentença. A CT estaria sintaticamente "fora da sentença", pois o lugar argumental de sujeito já está preenchido por *ela*. É como se o SN *a casa da fazenda* tivesse sido atirado para fora dos limites sintáticos. Tudo bem, Você já notou que, de todo modo, esse SN foi retomado pelo pronome *ela*, e com isso se pode reconhecer uma ligação entre a CT e o sujeito de (18). Mas será sistemática essa retomada da CT por um pronome?

Pontes (1987) estudou longamente as CTs no português escrito e falado. Ela mostrou que frequentemente se trata de complementos ou adjuntos deslocados para a esquerda da sentença. Na LF, raramente o lugar ocupado originalmente pela expressão deslocada é preenchido por um pronome-cópia:

(20) A Belina o Hélio levou para a oficina [CT Objeto direto].

(21) Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco [CT Oblíquo - a autora o capitula como objeto indireto].

(22) Isso eu tenho uma porção de exemplos [CT Adjunto Adnominal].

(23) Isso aí eu tenho muita dívida [CT Complemento Nominal].

(24) O seu regime entra muito laticínio? [CT Adjunto Adverbial].

Em (20), notá-se a ausência do pronome-complemento *a* (ou *ela*) depois de *levou*. Nos demais exemplos, ao mover-se para a esquerda os SPs perderam a preposição, fato longamente analisado por Rocha (1996). Cf.

(21a) Desta vez eu não gostei nem um pouco de meu cabelo.

(22a) Eu tenho uma porção de exemplos disso, etc.

Pontes mostra que na LE o espaço sintático original é mais sistematicamente preenchido por pronomes oblíquos, como em

(25) O encontro pelo Rio, eu o encontro em cada bairro que morei.

(26) Os maus dá-me ímpetos de enforcá-los.

E aí, seus alunos topicalizam muito enquanto conversam? Que funções sintáticas eles estão deslocando para a esquerda? Não vá me dizer que eles só produzem sentenças canônicas, "tudo em cima", cada coisa em seu lugar. Nesse caso, eles estariam "falando como um livro", o que nem de longe deve ser o caso...

(2) *Classes de preenchimento da função de sujeito*

Numa indagação-piloto, Castilho e alii (1986a) encontraram nos materiais do Projeto NURC/SP 30% de sujeitos elípticos, 42% de sujeitos pronominais e 28% de sujeitos nominais. Não são frequentes os sujeito sentenciiais.

Os sujeitos nominais podem ser tanto um SN único, quanto uma sequência de SNs, constituindo-se o "efeito-lista", em que o falante hesita:

(27)

	<i>u::ma pessoa</i>	
	<i>um Diretor lá da Folha</i>	<i>certa feita me chamou</i>
<i>e</i>		<i>me incumbiu</i>
<i>de</i>	\emptyset	<i>escrever sobre televisão</i>

Já vimos no Cap. I as motivações discursivas que levam os falantes a listarem vários candidatos a sujeito.

(3) *Ordem de colocação do sujeito*

Com respeito à ordem de figuração do sujeito, sabemos que em nossa língua o SN que desempenha essa função pode antepor-se ou pospor-se ao verbo. Destes, na mesma pesquisa-piloto mencionada acima, 60% figuraram na ordem Sujeito-Verbo (SV), e 40% na ordem Verbo-Sujeito (VS). Procurando os fatores condicionantes da ordem apurada, e restringindo a observação aos sujeitos nominais, constatou-se que a ordem SV é favorecida pelo SN (i) foneticamente "leve", isto é, que contenha até 7 sílabas, (ii) sintaticamente construído com Especificadores dispostos à esquerda do núcleo [Artigos, Demonstrativos, Possessivos, Indefinidos], (iii) semanticamente não-específico e agentivo, (iv) informacionalmente já conhecido e (v) textualmente já mencionado. A ordem VS é favorecida pelo SN (i) foneticamente "pesado, isto é, que contenha mais de 7 sílabas, (ii) sintaticamente construído por Complementadores [SAJ, SP e relativas] dispostos à

direita do núcleo, (iii) semanticamente específico e não-agentivo, (iv) informacionalmente novo e (v) textualmente mencionado pela primeira vez.

O fator (i) documenta a interface Fonologia / Sintaxe: propriedades fonológicas do SN têm um correlato sintático.

A descoberta do fator (ii) revelou uma interessante harmonia entre sintagmas e sentenças: quando "maior" o lado esquerdo do SN-sujeito, tanto mais ele "corre para a esquerda da sentença", gerando a ordem SV. Quanto mais ele tiver crédito para seu lado direito, tanto maior a tendência a se dispor no lado direito da sentença, isto é, VS. Isso quer dizer que as regras mentais de geração de sintagmas e de sentenças são as mesmas.

Os fatores (iii) e (iv) mostraram igualmente outro ponto interessante. De acordo com a Teoria da Articulação Tema-Rema, o Tema é informacionalmente "velho" e semânticamente "não-específico", isto é, ele carrega uma informação já conhecida, representada por uma expressão cujo correlato semântico é indefinido. Já o Rema propriamente dito, caso do OD, é informacionalmente "novo" e semanticamente específico, isto é, carrega uma informação nova, definida, mencionada pela primeira vez. Ora, a posição habitual do Tema-sujeito é antes do Verbo, e a do Rema propriamente dito é depois do Verbo. Quando, por qualquer razão, o falante codifica no sujeito a informação nova, ela se desloca para a posição pós-verbal, típica do OD. Esta questão poderia ser analisada em classe, para verificar se os dados dos alunos confirmam ou não o que se achou na linguagem dos adultos.

Berlinck (1989) foi atrás da história da ordem VS no Português Brasileiro, pesquisando em documentos dos séculos XVIII a XX. Ela começa por citar dois autores bem separados no tempo: o gramático português Jenônimo Soares Barbosa, do final do século XVIII (sua *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* foi publicada em 1803), para quem as ordens SV ou VS "são ambas naturais", e a linguísta brasileira Eunice Pontes (1987), para quem a ordem predominante é SV, e a ordem VS "se mantém em casos especiais, sobretudo em orações marcadas em relação à oração declarativa, afirmativa, neutra".

Essas observações lhe deram uma pista: até que ponto uma variação livre, intuída por Soares Barbosa, cedeu o passo a uma ordem mais rígida, postulada por Pontes?

Os dados de Berlinck apontam para um decréscimo da ordem VS, com 42% de ocorrências no séc. XVIII, 31% no séc. XIX, e apenas

21% no séc. XX. Esses resultados confirmaram as intuições de Jerônimo Soares Barbosa ("tanto faz") e de Eunice Pontes ("predomina SV"). Na continuação do texto, Berlinck procura identificar os fatores que motivaram essa ordem nos séculos estudados. Mas agora a bola está com Você. Observe qual o percentual de anteposição e de posposição de sujeitos sentenciais na fala e na escrita de seus alunos. Refaça a análise em textos escritos de "outros autores", e compare os resultados. Com seus achados, escreva uma minigramática da colocação do sujeito, com dois capítulos: no primeiro, verifique se ao falar e ao escrever antepomos ou pospomos o sujeito nas mesmas proporções estatísticas; no segundo, situe a "posição histórica" de seus alunos em relação ao ritmo descoberto por Berlinck. Por fim, saia atrás de um editor para a sua gramática.

Bom agora Você já dispõe de um plano sistemático para o estudo do processamento do sujeito nos seus materiais. Agregue a ele outras perguntas. Quanto aos SNs-sujeito, que classe predomina em seu núcleo: nomes? pronomes? Que razões discursivo-textuais Vocês podem identificar para explicar a predominância ora de nomes, ora de pronomes? Lembre-se que os nomes são predominantemente referenciais, e os pronomes da primeira e da segunda pessoas remetem aos "atores" da entrevista, enquanto que os de terceira pessoa retomam informações já dadas, ou anunciam informações a dar. E quanto aos sujeitos elípticos, são mais ou menos frequentes que os sujeitos preenchidos por sintagmas? E como está a questão da concordância do verbo com o sujeito? Como é que os alunos estão se virando nesse particular? Talvez haja diferenças de acordo com a modalidade de língua sob exame e o nível sócio-econômico do autor das sentenças. Depois disso, repita a pesquisa num texto de LE. Numa notícia de jornal, por exemplo. Contando as ocorrências e fixando seus percentuais, compare agora seus achados em ambas as modalidades de Português, e saque algumas características adicionais da LF e da LE. Isso é muito mais inteligente (e mais divertido) do que ficar decorando definição e fazendo exercícios com aquelas sentenças isoladas! Pense um pouco na besteira essencial da análise sintática habitual em nossas escolas: o professor fornece sentenças soltas (isso existe no mundo?), faz uma pergunta, e o pobre do aluno corre atrás do prejuízo: contextualiza-a de algum modo e prepara a resposta. Se ele contextualizar a sentença diferentemente do professor, terá grandes chances de errar na resposta, levando bomba. Tá certo isso? Será que não há coisas mais interessantes a fazer?

1.2.2 - O Objeto Direto

O estudo do Objeto Direto (OD) pode seguir o mesmo ritmo acima: com que classes os falantes o constroem, e onde o colocam: depois ou antes do verbo? E como fica o OD elíptico? Quanto a este, aguarde o item 3.3 deste capítulo.

(1) Classes de preenchimento do OD

Duarte (1989) descreveu o OD num corpus de língua falada, constituído de 40 horas de entrevistas com falantes de São Paulo, originários de três camadas sócio-culturais (curso primário, curso colegial, curso superior) e de três faixas etárias. Ela encontrou quatro processos de preenchimento do OD: (1) Clítico acusativo, apenas 4,9% das ocorrências, como em

(29) *Ele veio do Rio só para me ver. Então eu fui ao aeroporto para buscá-lo;*

(2) Pronome lexical (= o famoso *ele* acusativo), 15,4% das ocorrências, como em:

(30) *Eu amo meu pai e vou fazer ele feliz;*

(3) SN, 17,1% das ocorrências:

(31) *Ele vai ver a Dondinha e o pai da Dondinha manda a Dondinha entrar, ele pega o facão...*

(32) *No cinema a ação vai e volta. No teatro você não pode fazer isso;*

(4) Categoria vazia (= OD elíptico), 62,6% das ocorrências:

(33) *O Sinhozinho Malta está tentando o Zé das Medalhas a matar o Roque. Mas ele é muito medroso. Quem já tentou matar @ foi o empregado da Porcina. Ontem ele quis matar @, a empregada é que salvou @.*

Os resultados de Duarte mostram o seguinte: (i) Falantes que têm o mesmo perfil sócio-cultural tendem a não preencher o lugar do OD, optando por sua elipse. (ii) Quando essa função é preenchida, dá-se preferência a um SN de núcleo nominal ou de núcleo pronominal, elegendo, neste caso, o pronome *ele*. Isso aponta para o desaparecimento do clítico acusativo o no Português do Brasil.

Refletindo sobre os possíveis condicionamentos sociais, Duarte indagou se a idade, a formação escolar, a formalidade/informalidade da situação exerceriam alguma influência na escolha das estratégias de representação do OD. Ela constatou o seguinte: a) Os clíticos não aparecem entre os falantes jovens, e só começam a ser utilizados à medida que estes progredem em sua formação escolar. Isto aponta para o fenômeno de diglossia: o clítico *o* não é mais aprendido em casa, só mesmo na escola, o que mostra sua debilidade no Português Brasileiro. b) Nas situações mais formais, evita-se o pronome *ele*, e cresce a utilização dos SNs, mas de qualquer forma o clítico não é utilizado. Essa é mais uma evidência de que o clítico *o* bate em retirada, resistindo apenas na LE. Mas Duarte investigou também as atitudes dos falantes diante da possibilidade de escolher pronomes lexicais ou clíticos. Ela descobriu que os falantes do Português de São Paulo consideram pedante o uso dos clíticos nas situações informais, e estigmatizam o uso do pronome lexical nas situações formais, mesmo que o empreguem no dia-a-dia.

(2) Ordem de colocação do OD

Braga (1986) estudou a topicalização do OD nos dados do Projeto Censo Lingüístico do Rio de Janeiro, em construções do tipo:

(34) Laranja eu chupo.

Ela notou que os seguintes fatores favorecem a deslocação à esquerda do OD: (i) OD preenchido por pronome demonstrativo neutro, (ii) OD codificador de "entidades inferíveis e evocadas e apenas secundariamente entidades novas", (iii) ODs que implicam numa retomada de item anteriormente mencionado, o que faz do OD deslocado um fator de coesão textual.

1.2.3 - Mais sobre o processamento do Tema e do Rema sentenciais

Os itens 1.2.1 e 1.2.2 acima retratam muito parcialmente o modo como os falantes adultos cultos processam o Tema e o Rema sentenciais. Danes (1966) sugere um trabalho bem interessante: partindo da idéia de que essas categorias são dinâmicas, que se aprende sobre a organização textual, indo do Tema sentencial para o Tópico conversacional? Alguns

esquemas podem ser aí identificados: o Tema caótico, o Tema constante, o Tema fendido e o Tema derivado. Venham exemplos:

(1) Tema caótico

Nas conversações mais espontâneas, não planejadas, o falante hesita em fixar-se em determinado tema, produzindo seqüências truncadas, que dão lugar às reticências:

(35) *aí a lama desceu sobre os barracos... o corpo de bombeiros ficou lá embaixo... pastel... cianca berrava pela mãe... o governador em Nova Iorque... a escola de samba... aí então... mas do que é mesmo que eu estava falando?*

(2) Tema constante

O Tema é sempre o mesmo, podendo ser introduzido por um substitutivo e retomado por pronomes ou por uma anáfora zero. Ele se articula com diferentes Remas, num procedimento comum nas narrativas:

(36) *a cinema brasileiro ... nun::ca... nunca morreu... houve sempre uma continuidade... ah marginalizado... ah completamente... (...) mas o cinema sempre... sempre continuou a existir... o cinema brasileiro... e no começo dessa década... que nós vamos abordar aqui... o cinema brasileiro estava exTREMamente vivo... (EP SP 153: 39-45, em Castilho-Preti Orgs. 1986: 91).*

(37) *o rei vivia muito chateado... esse rei era viúvo... e ainda por cima @ tinha um filho solteirona... ele concebeu um plano para casá-la... @ começou então a procurar um príncipe...*

(3) Tema derivado

O Rema de uma sentença anterior fornece o Tema da sentença seguinte, observando-se os seguintes processos:

(i) repetição do mesmo item lexical:

(38) *e eu queria uma fuga... a minha fuga... era deixar na cama (UD E do exemplo 1);*

(ii) o tema derivado é uma nominalização do Rema:

(39) *o assassino foi preso ontem... sua prisão deixou todo mundo aliviado;*

(iii) o tema derivado é preenchido por um substantivo inferido a partir do Rema:

(40) o Diretor da escola encarregou os professores de organizar a festa... a decisão foi tomada na última reunião;

(iv) o tema derivado tem uma relação antonômica com algum termo do Rema:

(41) soluções técnicas para resolver o problema da moradia popular temos em excesso... a solução está na vontade política para enfrentar esse problema...

(4) Tema fendido

Um Subtópico textual se desdobra em diversos Temas sentençaes, como em

(42) A Linguística é a ciência dos signos verbais. A Pragmática estuda as relações entre os signos e a sociedade. A Semântica, as relações entre os signos e seus referentes. A Gramática, as relações dos signos entre si. Pô, professor, até aqui!!

Exercícios desse tipo mostram algumas interessantes correlações entre o modo de construir o texto e o modo de construir a sentença.

1.3 - A Adjunção

Adjuntos, vamos nos lembrar, são termos sentençaes ligados fracamente ao verbo e, por isso mesmo, não pronominalizáveis. Vou limitar-me a estudar o Adjunto Adverbial, para o que será necessário, inicialmente, ter uma idéia tão clara quanto possível do que seja o Advérbio. Esse cuidado tem interesse, pois não é qualquer Advérbio que funciona como Adjunto.

A gramática tradicional do Português considera o Adv como "fundamentalmente, um modificador do verbo": Cunha-Cintra (1985: 529). Além da modificação, atribui-se também aos Adv o papel de adjetivar ("o Adv é o adjetivo do V") e de substituir ("o Adv substitui o SP").

A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira, publicada em 1959, apresenta sete espécies de Adv:

(1) Afirmação: *sim, certamente, efetivamente, realmente.*

(2) Dúvida: *acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez.*

(3) Intensidade: *assaz, bastante, bem, demais, mais, menos, muito, pouco, quanto, quão, quase, tanto, tão.*

(4) Lugar: *abaixo, acima, adiante, al, além, ali, aquém, aqui, atrás, através, cá, defronte, dentro, detrás, fora, junto, lá, longe, onde, perto.*

(5) Modo: *assim, bem, debalde, depressa, devagar, mal, melhor, pior e a maioria dos terminados em -mente.*

(6) Negação: *não, nunca, jamais.*

(7) Tempo: *agora, ainda, amanhã, antontem, antes, breve, cedo, depois, então, hoje, já, jamais, logo, nunca, ontem, outrora, sempre, tarde.*

Outras gramáticas, e também a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, acrescentaram a estes os de

(8) Ordem: *primeiramente, ultimamente, depois,*

(9) Inclusão: *(inclusive, somente, mais, também, até)* e Exclusão *(apenas, salvo, senão, só).*

(10) Designação: *eis:*

(11) Realce: *lá, cá, em "sei lá".*

(12) Retificação: *aliás, ou antes, isto é, ou melhor.*

(13) Situação: *afinal, agora, então* (em "então conheceu a vizinha?", mas em "desculpe-me... mas sente-se mal?").

(14) Advérbios Interrogativos: de causa *(por que?)*, de lugar *(onde?)*, de modo *(como?)* e de tempo *(quando?)*.

Mas que classe complicada, hein? O pior de tudo é o raio dessa lista, que pode mostrar tudo, menos como essa classe funciona na língua. Para atender a essa curiosidade, teríamos de identificar a atuação semântica e a atuação sintática dos Adv's.

Quando à atuação semântica, a gramática tradicional acertou ao apontar a modificação como o traço forte dos Adv's. O problema é que, se examinarmos a lista acima a partir desse ponto de vista, veremos que nem todos os Adv's modificam. O outro problema é que habitualmente a gramática atribui aos Adv's o papel sintático de adjunção, o que pouco é verdadeiro. Vamos olhar mais de perto essas questões.

Sejam os seguintes exemplos, nos quais consideramos tanto os Adv's (isto é, itens que integram uma classe morfológicamente configurada) quanto os Adverbiais (isto é, as locuções adverbiais, constituídas por SN's ou por SP's que assumem as funções dos Adv's):

(43) Provavelmente hoje vai chover.

(44) Muitas vezes repeti que este assunto não era fácil.

(45) Discutiu francamente seu problema.

(46) Cheguei aqui antecorrem.

(47) um médico era só médico o engenheiro era só engenheiro...
pelo menos naquela altura (D2 SP 360: 1546).

(48) Expliquei, sim, que não aceitaria aquele encargo.

(49) não é bem restaurante... é lanchonete mesmo (DID RJ 328: 647).

(50) a coisa mais fácil é comprar qualquer coisa... agora... sustentar (...) é que são elas (D2 SSA 98: 1387).

O caráter modificador dos AdvS só pode ser comprovado nas sentenças de (43) a (45), em que *provavelmente*, *muitas vezes* e *francamente* modificam, respectivamente, toda a sentença (tornando duvidoso seu conteúdo), o verbo (quantificando-o) e de novo o verbo (qualificando-o). Na lista acima, também os AdvS de intensidade, os de modo e alguns em *-mente* incluídos entre os de afirmação e dúvida, passam os AdvS nas sentenças de (46) a (50).

Em (46), os AdvS de tempo e de lugar indicam as circunstâncias em que se deu o estado de coisas descrito pelo verbo; eles são decida-damente dêiticos, e como podem funcionar como argumentos do verbo, melhor se disporiam entre os pronomes. Em (47), só inclui os *médicos* e *os engenheiros* em determinado conjunto; sem que se altere o sentido desses itens. Em (48), *sim* afirma e *não* nega o conteúdo verbal, tornando uma sentença como "*expliquei que aceitaria aquele en-cargo*" totalmente inconsistente com "*não expliquei que aceitaria aquele encargo*". Em (49), *bem* focaliza o referente do N que se lhe segue. Finalmente, em (50), *agora* funciona como um conectivo textual, promovendo a ligação de dois subtópicos, retomando o anterior e anun-ciando o seguinte. Em nenhum desses casos se deu uma modificação da extensão ou das propriedades intensionais da classe-alvo. Bonfim (1988) traz outras observações de interesse para uma avaliação da des-crição dos advérbios na língua portuguesa.

Para dar conta desses e de outros casos, pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado optaram por reconhecer nos AdvS não uma classe homogênea, mas "*pelo menos um conjunto de expres-sões que funcionam de maneira sensivelmente semelhante*": Ilari et alii (1990: 78). De maneira bastante intuitiva, foram identificadas duas "*di-mensões para a classificação das expressões tradicionalmente reco-*

nhecidas como advérbios: a primeira dimensão é a dos segmentos sintácticos a que o advérbio se aplica (...) e a segunda dimensão é a das 'funções' que os chamados advérbios desempenham". O grupo reconheceu, assim, que é impossível reunir todos os advérbios sob a função única da modificação. Vejamos isto mais de perto.

A dimensão semântica implica em identificar três funções semân-tico-sintáticas nos AdvS: a predicação, a verificação e a conexão.

A "predicação (ou modificação)" é a propriedade que têm os AdvS de tomar por escopo um termo do enunciado, ou mesmo um participan-te do discurso, dando-lhe uma contribuição semântica. Esta é a proprie-dade mais evidente dos AdvS, e a Gramática Tradicional fixou-se nela em seus esforços de caracterização desta classe difícil. Como predi-cadores, os AdvS se aproximam grandemente do verbo e do adjetivo.

A "verificação" tem uma definição negativa: ela é a "não-predica-ção". Por esta propriedade, certos AdvS "*comparam as proposições próximas quanto a seus valores de verdade*", afirmando, negando, in-cluindo, excluindo ou focalizando toda a sentença ou constituintes de-la: Ilari et alii (1990: 93).

Finalmente, os AdvS de conexão ordenam segmentos do enuncia-do, funcionando como coesivos textuais. Estes AdvS se aproximam grandemente das Conjunções sentenciais que, como se sabe, derivam historicamente de AdvS.

A dimensão sintática implica em distinguir os Advérbios de Cons-tituente (AdvC) dos Advérbios de Sentença (AdvS).

Os AdvC se aplicam a um constituinte sentencial, funcionando como constituintes de um SAAdj ou de um SV. Eles são passíveis de fo-calização por "é que", pela interrogação e pela clivagem: v. exemplos (46) e (45).

Os AdvS se aplicam a toda uma S, e por isso são passíveis de pa-ráfrase por uma sentença com o verbo "ser" + o adjetivo que está na base do advérbio; assim, (43) pode ser parafraaseado como

(43a) *é provável que hoje vá chover*,

em que *provavelmente* funciona como um hiperpredicador, a que se su-bordina a sentença *hoje vai chover*.

Ilari et alii (1990) deixaram de fora os AdvS "de discurso", que funcionam como conectivos textuais, propondo as seguintes classes se-

mânticas dos Advs: entre os Advs Predicativos, os Qualitativos, os Intensificadores, os Modalizadores e os Aspectualizadores; entre os Não-predicativos, os de Verificação de *re* (Afirmação, Negação, Inclusão/Exclusão e Focalizadores), de *dicto* (Denegação, Afirmação, Focalização) e os Circunstanciais (de Lugar e de Tempo). Alguns exemplos:

- (51) *comer bem; buzinar brabamente* [Qualitativos].
(52) *fala muito; procurar bastante* [Intensificadores].
(53) *precisa realmente estar convencido; felizmente essa fase ainda não começou* [Modalizadores].
(54) *normalmente eles se divertem aos sábados* [Aspectualizador].
(55) *põe um ou mais tomates, não mais do que isso* [Negação].
(56) *[esse caminho] sim passa... mas ocupa a estrada toda* [Afirmação de *re*].
(57) *trabalhei só / apenas / inclusive no início de casada* [Inclusão].
(58) *são autenticamente brasileiros; queria falar justamente a respeito disso* [Focalizadores].
(59) *os três primeiros... não... nos primeiros meses daquele trimestre* [Denegação de *dicto*].
(60) *acordar de manhã cedo* [Tempo].

O arranjo acima ganharia em nitidez se os Predicativos fossem reordenados, segundo a proposta que formulei em Castilho (1993). Procurei aí identificar primeiramente as macrofunções semânticas desses Advs, examinando que contribuição eles dão à sua classe-sujeito; penso que a modalização, a qualificação e a quantificação sejam essas macrofunções. Depois, identifiquei os tipos secundários, de que resultou o quadro a seguir, e em que os não-predicativos foram mantidos em seu arranjo original.

1.3.1 - Advérbios Predicativos

A) Modalizadores: esses Advs verbalizam uma avaliação sobre o conteúdo da classe-sujeito. O estudo desse mecanismo permite ordená-los em (1) Modalizadores Epistêmicos: a avaliação toma em conta o valor de verdade do segmento modificado, como em "*realmente, provavelmente, possivelmente, talvez*"; (2) Modalizadores Deônticos: o estado de coisas avaliado é considerado como algo que deve acontecer: "*obrigatoriamente, necessariamente*"; (3) Modalizadores Afetivos: o falante expressa uma reação pessoal em face do conteúdo que está sendo avaliado, como em "*felizmente, sinceramente*". Para uma discussão dessa classe, v. Castilho e Moraes de Castilho (1990).

B) Qualificadores: esses Advs afetam as propriedades intensionais da classe-sujeito. A investigação desses processo permite identificar os (1) Qualificadores Graduadores, normalmente tratados pela Gramática Tradicional como Intensificadores. Deve-se lembrar que alguns desses Advs agem num sentido inverso, atenuando a classe-sujeito, como "*pouco*", "*escassamente*", etc. Nesse caso, o melhor seria admitir que os Graduadores compreendem os Intensificadores (classe de " *muito*") e os Atenuadores (classe de "*pouco*"). (2) Qualificadores Quase-Argumentais: são os que funcionam como constituintes do SV. A Gramática Tradicional os descreve como "Advs de Modo":

(61) *Falei francamente tudo o que queria,*

que corresponde a

(61a) *Falei com franqueza tudo o que queria.*

(3) Qualificadores Aspectualizadores: integram esta subclasse aqueles Advs que afetam o caráter télico dos verbos, mudando suas propriedades intensionais. São télicos os verbos que codificam uma ação cujo começo e fim ocorrem simultaneamente; *morrer* é télico, e *caminhar* é atélico. Assim, o verbo "*cair*", normalmente télico, passa a exemplificar o Aspecto Imperfeito em

(62) *A chuva caiu lentamente naquela tarde de verão*

dada a intervenção do Adv Qualificador Aspectualizador "*lentamente*".

C) Quantificadores: esses Advs afetam a extensão da classe-sujeito, da seguinte forma: (1) Quantificadores Delimitadores: restringem a extensão da classe-sujeito, como em

(63) *Linguisticamente, o Adv é uma classe complicada pra caramba.*

em que o Adv *linguisticamente* restringe a complicação dos Advs unicamente a determinado domínio científico. Essa classe foi descrita no Português por Moraes de Castilho (1991). (2) Quantificadores Aspectualizadores: ampliam a extensão da classe-sujeito, expressando o Aspecto Iterativo, como em

(64) *Freqüentemente me pergunto se em vez de passar sábados e domingos digitando textos, não deveria estar na praia.*

(3) **Quantificadores Aditivos / Subtrativos:** adicionam ou subtraem indivíduos de um conjunto, como em

(65) *Mais feijão e menos conversa, faça o favor!*

Em (65), a combinação de "mais" e "menos" com nomes /contáveis/ produziu o significado de adição / subtração. Se os nomes predica-dos fossem /não-contáveis/, o efeito seria de Qualificação Graduado-ra Intensificadora, como neste diálogo de uma salaio com seu labrego:

(66) *Mais amor e menos confiança, ó gajo!*

1.3.2 - Advérbios Não-Predicativos

Entram aqui os de Negação, Afirmção, Inclusão/Exclusão e Fo-calização. Excluf os Circunstanciais de Tempo e de Lugar porque, como já disse anteriormente, eles são dêiticos, e podem funcionar como argumentos sentenciais, o que os retira definitivamente de entre os Advs, dispondo-os mais naturalmente entre os pronomes. A classe dos pronomes, portanto, acolheria esses falsos Advs, como Pronoms Circunstanciais, ao lado dos já conhecidos Pronomes Pessoais, Demons-trativos, Possessivos e Indefinidos.

1.3.3 - Advérbios Coesivos

Esses Advs ligam segmentos do enunciado, como em

(67) *Traduzir é servir. Conseqüentemente, trabalho de inferiores. João do Rio, FSP 28/3/1993.*

(68) *Agora farei um tremendo discurso sobre os advérbios. Primeiramente, discuti-rei seu estatuto categorial. Em segundo lugar, falarei sobre sua distribuição nos textos escritos, e então procurarei destriçar suas manchas semânticas. Agora, o primeiro al que bocejar vai ter que catar exemplos.*

Em (67) e (68), os Advs não modificam as classes próximas, nem verificam seu valor de verdade. Eles apenas conectam segmentos do texto, exercendo o papel de conjunções textuais. Como já assinalai-

teriormente, esses Advs funcionam como Conjunções sentenciais, as-sunto a que voltarei no item 4.

Mas afinal, que Advs funcionam como adjuntos? Só os Advs de constituinte, é claro, visto que os Advs. de Sentença ocupam um lugar na hierarquia sintática superior ao da sentença que tomam por escopo. A gramática tradicional mais recente não postula uma função para eles. Proponho que sejam considerados como Hiperpredicadores, como se pode constatar pelo exemplo (43a).

2. Construção sentencial por reativação

Durante uma conversa, é freqüente retomar a coisa já dita, e ficar repetindo expressões por razões pragmáticas, como a necessidade de manter o turno, por exemplo.

Na LE, a repetição é amaldiçoada por todos os manuais de estí-lo! Mas na LF ela tem um papel constitutivo que não pode ser ignora-do. Assim, deixe de lado seus preconceitos contra a repetição, e exa-mine suas transcrições gramaticais com uma mente bem aberta ao funcionamento da língua. Afinal, continuamos interessados em revelar o conhecimento lingüístico dos falantes, tal como se revela... em sua fala!

A Repetição (R) de expressões lingüísticas decorre de pelo me-nos dois mecanismos discursivos presentes na Conversação, e analisa-dos no Cap. I: (i) O *sistema de turnos*, que são os procedimentos através dos quais os interlocutores alternam suas intervenções, faze-do da conversação um conjunto de turnos. O falante repete para man-ter seu turno. (ii) O *sistema de correções*, que são os procedimentos de re-elaboração da fala, nas autocorreções, ou da fala do interlocu-tor, nas heterocorreções, para assegurar seu direito à voz ou para "as-saltar" o turno de quem o detém. Tanto num caso quanto noutro, os interlocutores reativam itens lexicais, repetindo-os, o que permite ao observador desvendar importantes mecanismos de construção da sen-tença.

Existe uma considerável literatura sobre a R na LF, em que fo-ram considerados os módulos discursivo, semântico e gramatical. Pa-ra a R no módulo discursivo e no módulo semântico, v. item 2 do Cap. III. Já a abordagem gramatical da R aparece num universo mais redu-zido de estudos. Castelleiro (1975) tratou da "*redundância sintática e expressiva*", enumerando casos em que a R dá lugar aos quismos e às

topicalizações. Perini (1980) tinha hipotetizado que a função da R não contígua é restaurar a estrutura canônica das sentenças, através da sintaticização de segmentos fragmentados. Em seus dados, esse mecanismo explica 42% dos casos. Blanche-Benveniste (1985) sustenta que a R deveria receber "um estatuto de descrição linguística, independentemente do efeito agradável ou desagradável que suscita" (p. 110). Em Blanche-Benveniste (1990: 176-182) ela volta ao assunto, examinando as Rs lexicais, os deslocamentos de itens e as Rs de estruturas. Dik (1989: 52) dá pistas para o estudo da geração das sentenças, quando afirma que "um falante pode começar [a produção de uma sentença] pela seleção da moldura do predicado, especificando em seguida os termos por ele requeridos, e assim produzir uma predicação plena, ou, então, pode começar pela formação de um ou mais termos, e então selecionar a moldura do predicado para chegar a uma predicação apropriada". O estudo da R dos nomes comprova empiricamente esta afirmação de Dik, como veremos a seguir. Braga (1990) hipotetiza que o estudo das Rs pode levar à identificação do "sotaque sintático". Castro (1994) mostrou que adjetivos e nomes repetidos, como em "comprou um lenço claro claro. Não é paieim paieim... é arrumadeira" não ocupam o mesmo lugar no eixo paradigmático, devendo antes ser analisados como integrantes do eixo sintagmático, visto que o segundo item toma o primeiro como seu escopo, produzindo um efeito de restrição da extensão. Esse processo implica em comprometer a propiidade do primeiro item, afirmando a propiidade do segundo. Neves e Braga (1996) trataram dos padrões de R na articulação de orações, focalizando as causais e as condicionais. Pezatti (1996) e Camacho (1996) estudaram, respectivamente, a R do juntivo *ou* e das coordenadas aditivas. Castilho (1997c) apresenta um plano sistemático de observações.

Uma série de intuições atravessa esses estudos, e ainda estamos longe de uma síntese. Neste livro, vou concentrar a atenção na R do nome. Começemos por alguns exemplos, em que M representa a matriz, e R o segmento da matriz que foi repetido:

(69)

M a gente não enxerga	por bloqueio	
R	e esse bloqueio	tem de acabar

(EF RJ 251: 67)

(70)

M só depende	da temperatura	
R	mas a temperatura	muda

(EF RJ 251: 176)

(71)

M funciona mal	aquele negócio de...	
R	aquele negócio de limite de idade	funciona muito mal

(D2 SP 360: 980)

Uma rápida inspeção nesses dados permite logo de entrada verificar a enorme complexidade que envolve a R. Como de costume, vamos fazer algumas perguntas motivadas pela observação dos exemplos encontrados nas entrevistas, e transcritos devidamente.

2.1 - Que itens lexicais podem ser repetidos?

Todos os itens lexicais podem ser repetidos. Na transcrição de uma entrevista com acadêmicos de Letras da Universidade de São Paulo, gravada em 1996 pelos alunos C. Sawada, C.C. Borella, K.G. de Toledo, M. de Araújo e S.D. Paião, quantifiquei sintagmas repetidos e sintagmas não repetidos, apurando os seguintes percentuais de segmentos repetidos: SNs, 6%; SADjs, 10%; SPs e SADvs, 12%; SVs, 13%. Esses dados evidenciam, também, que a R não é um fenômeno quantitativamente expressivo. Apesar disso, ela revela particularidades do processamento verbal, como espero demonstrar.

2.2 - Quais são os tipos de repetição?

Nos três exemplos acima, temos Rs contíguas, por contraste com as Rs não contíguas, quando entre M e R aparecem materiais linguísticos: v. os exemplos dados no item 2.1 do capítulo anterior. Pode-se também distinguir a R idêntica, quando os segmentos M e R apresentam materiais linguísticos iguais, estruturados da mesma forma, e desempenhando a mesma função, da R alteradora, quando o segmento R adiciona / subtrai / substitui materiais de M, ou mesmo recategoriza sintaticamente M, como em (69) a (71).

2.3 - Qual é o papel da repetição na construção dos sintagmas?

Há muitos exemplos em que se constrói a estrutura do sintagma na LF, à medida que seus constituintes vão sendo repetidos. Assim, em (71), agregou-se um Complementador ao SN. Uma pergunta auxiliar poderia ser assim formulada: "haverá alguma harmonia entre a R de constituintes funcionais da sentença e a R de constituintes do sintagma? Constituintes à direita do núcleo do sintagma seriam mais suscetíveis de repetir, tanto quanto os constituintes à direita do Verbo?" Pesquisas sobre a R na sentença respondem pela afirmativa, como veremos no quesito a seguir, mas faltam indagações relativas à constituição dos sintagmas. Olhe aí mais um trabalhinho para Você e seus alunos!

2.4 - Qual é o papel da repetição na construção da estrutura argumental da sentença?

Em (71), a R levou à construção de uma estrutura sentencial especial: a R movimentou o constituinte pós-verbal para a esquerda, dando origem a um quiasmo. Este fato é extremamente comum nas línguas românicas.

Mas é a observação da R do nome que oferece as pistas mais interessantes sobre a construção da estrutura funcional da sentença. Os dados permitem chegar a algumas conclusões quanto ao lugar sentencial que favorece a R, e às alterações funcionais que se pode surpreender nos nomes repetidos.

Começamos pelo lugar sentencial que favorece a R. Bessa Neto (1991: 126) e Marcuschi (1992: 124) constataram que SNs situados à direita do Verbo são mais repetidos do que aqueles à esquerda do Verbo. No primeiro trabalho, p. 126, reconhece-se que "(1) os itens lexicais repetidos ocorrem sempre em posição pós-verbal; (2) o verbo a que se seguem é predominantemente transitivo; (3) pertencem predominantemente à classe dos substantivos; (4) desempenham predominantemente a função sintática de objeto; (5) recobrem predominantemente referentes inanimados, e (6) ocorrem predominantemente num conjunto que abriga mais de duas orações".

Nossos dados confirmam essa tendência, de motivação funcional bastante óbvia. Por outro lado, essa descoberta permite afirmar que a R é inversamente proporcional às rupturas da adjacência, vale dizer, à desativação de propriedades, descritas por Tarallo-Kato (1990, esp. pág.

116

112

47), e detalhadas no item 3 deste capítulo. Esses autores comprovaram que há maior frequência de rupturas no espaço entre Suj. e Flex, e menor frequência no espaço entre o Verbo e CØ (= OD) e Cl. Pode-se concluir que a baixa densidade informativa favorece a interrupção, ao passo que a alta densidade informativa favorece a repetição.

Quanto às funções sentenciais atribuídas aos nomes em processo de R, vejamos inicialmente os seguintes exemplos:

(72)

olha		
M	trem	
R1 eu sou fã	de trem	
R2 eu acho	trem	assim...
R3 eu escolheria	o trem	
R4	no trem	eu acho que há o repouso integral
R5	o trem	não tem mobilidade
R6	o trem	é mais estável
R7 eu vou	tomar o trem	tem a vantagem sobre o avião
R9 uma viagem	por trem	sempre repousou

(D2 SP 255: 239-257)

(73)

M por exemplo	poluição	
R1 agora todo mundo fala	poluição	
R2	poluição	
R3 o controle não dá para	de poluição	
haver controle		
(.....)		
R4 quer dizer	poluição	visual... auditiva

(D2 SP 343: 142-155)

(74)

M L2 - vamos dizer	Ipanema...	então há um status de sociedade
(.....)		
R1 L1 - mas se bem que	de Ipanema	
R2 L2 - não... não é só	Ipanema...	Copacabana... não
R3	Ipanema...	
R4 acho que o problema	em Ipanema	é problemas que...
que tem		

(D2 RJ 147: 327-332)

117

	química	
professor	de química	não tem
não tem	química	
	de química	não tem professor
o cara que gosta	de química	
fazer o curso	de química	
o cara quando quer fazer	química	
vai fazer engenharia	química	
ele vai pensando em	química	
trabalhar com engenharia	em química	né?
eles já trabalham		
já fizeram curso na OSI lá	de química	não sei
acho que é na OSI que	de química	sei lá
faz curso		
agora que eles estão fazendo		
Oswaldo Cruz...		
	química	

(LPVII,1996; exemplo recolhido por A. Mendes)

Quando o falante promove uma R alteradora de nomes, ele vai mudando a respectiva função sintática. Ao fazê-lo, ele adota um ritmo previsível, o que evidenciaria que a R é um fenômeno gramatical, no sentido de "regular". Assim, uma Construção de Tópico (CT) quando repetida é reanalisada, exibindo um papel temático e um caso sintático de que não dispunha na M. Em (73), a CT "trem" vai sendo recategorizada à medida que se repete: adjunto em R1, objeto direto em R2 e em R3, de novo adjunto em R4, sujeito em R5, R6 e R7, de novo objeto direto em R8 e adjunto em R9. Fenômenos semelhantes ocorrem nos exemplos (73) a (75). Nesses casos de R alteradora, a mudança imprime nas funções sentenciais configura a seguinte hierarquia implicacional: Construção de Tópico > Argumento Interno [OD, OI, OBL] > Adjunto > Argumento Externo > Categoria vazia. Creio que essa observação é da mais alta importância para o entendimento do caráter constitutivo das Rs na LF.

Os exemplos (69) e (70) evidenciam também o papel coesivo da R alteradora, nos quais os itens "bloqueio" e "temperatura" passam de integrantes do Rema na M a Temas na R, exemplificando o esquema do Tema Derivado. Blanche-Benveniste (1991: 178) associa a estas reanálises o que ela chama de "glissements à gauche".

2.5 - Há relações entre repetição e construção da sentença por desativação?

Em (76), uma R alteradora teve por efeito a elipse de constituintes: o núcleo "pessoa" é apagado em R3, logo após sua inserção. A elipse pode ser considerada como o passo extremo no processo de R. Segundo Marcuschi (1988), a elisão de sintagmas repetidos ocorre frequentemente "da esquerda para a direita", como em:

(76)

M	não é mais	aquela pessoa	assim admirável	
R1		aquelas pessoas	calmas	
R2		∅	tranquíllas	
R3		∅	que dificilmente perdem	a calma
R4		∅	∅ perdem	o controle
R5		∅	∅ falam	
R6		∅	∅ falam pausadamente	

(D2 SP 360: 121-126).

Ao contrário, a R alteradora por adição de constituintes opera da direita para a esquerda, como em (71).

Finalmente, uma curiosa ocorrência em que verbos e nomes se alternam aos pares. Trata-se de uma entrevista dada por um aluno de Letras da USP, que transcrevi assim:

(77)

teve livros
que eu caí na besteira de comprar
mas teve livros
que eu caí na besteira de comprar
e eu notei o seguinte
caí na besteira
porque os livros nunca mais abri

(LPVII,1996; exemplo recolhido por A. Mendes)

O esquema formal encontrado no exemplo (77) traz à memória as cantigas medievais portuguesas, como nesta paraleléstica de Martin Soares, recolhida sob número 974 no Cancioneiro da Vaticana:

*Foy hun dia Lopo jogral
a cas d'un infançon cantar
e mandou-lhe ele por don
dar tres couces na garganta,
e fuy-lh' escasso, o meu cuydar,
segundo como el canta.*

*Escasso foy o infançon
em seus couces partir entom,
ca non deu o Lopo entom
mays de tres ena garganta,
e mays mereç' o iogralron,
segundo como el canta*

Segundo Álvaro Jílio da Costa Pimpão, historiador da Literatura Medieval Portuguesa, a canção paralelística é um "sistema expressivo que põe a descoberto os dois polos da arte - repetição e variação - e em que domina a repetição, elevada a princípio estruturador". Ora, os séculos que separam o poeta medieval do aluno da USP pesaram muito pouco sobre eles. O que se constata é que um e outro acabaram reunidos num mesmo impulso de criação linguística, via R de itens, um voltado para a caracterização do próprio léxico, e o outro divertindo-se à custa do jogral Lobo. Enfim, se Você pensava que reflexões gramaticais "não têm nada a ver" com a reflexões literárias, se enganou. LF, LE literária, tudo é a mesma Língua Portuguesa com seus mistérios. O lance é ir descobrindo as ligações entre essas modalidades linguísticas, relativizando aquele papo antigo que a gente sempre ouve na sala dos professores:

A - "Detesto gramática, ah diabo de coisa árida, por mim só lecionaria literatura".

B - "Já eu sou mais gramática, gramática tem tudo a ver, sei lá".

Pois é, parece que teremos de mandar alguém catar coquinho...

3. Construção da sentença por desativação

Segundo a hipótese formulada neste livro, o falante escolhe um verbo, e ativa nele a propriedade da transitividade, selecionando nomes ou pronomes argumentais e não-argumentais, compondo assim a sentença. Ainda segundo essa hipótese, um componente discursivo-com-

putacional acarreta a reativação ou a desativação dessas propriedades. Já vimos os efeitos da reativação no item 2. Neste item, vejamos com que cara fica a sentença quando nosso computadorzinho mental aconselha uma desativação.

Pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado propuseram que a sentença tem na LF duas estruturas que importa descrever: a estrutura de "fundo", dada pelo verbo e por seus argumentos, examinada no item 1 deste Capítulo, e a estrutura de "figura", dada pelos elementos discursivos que permeiam o fundo, descontinuando a sentença. Essa estrutura de fundo emerge por desativação da capacidade de subcategorizadora do predicador.

Eles propuseram o seguinte modelo de sentença para a LF, de interesse para o estudo das descontinuações sentenciais:

$S \Rightarrow [\dots Tóp [\dots Suj \dots V + Flex [\dots CØ \dots C] \dots] Antitóp \dots]$
S[sentença], Tóp[ico], Suj[eito], V[erbo] + Flex[ão], CØ [OD], CØ [OD], C [outros complementos], Antitóp[ico] ... [espaços de preenchimento]

O fundamento da fórmula acima está na questão da adjacência dos constituintes na sentença do Português do Brasil, levantada inicialmente por Kato (1987), a partir de sugestões do linguista norte-americano Michael Stowell. Segundo esse autor, em línguas como o inglês não é possível inserir expressões discursivas (como as hesitações, os marcadores conversacionais) ou adjuntos adverbiais entre o elemento que atribui caso (= o predicador) e o termo que dele recebe caso (= os argumentos). Kato supôs para o Português a possibilidade de rupturas nesses espaços sentenciais, o que motivou dois estudos: Tarallo-Kato et alii (1989) e Tarallo-Kato et alii (1990). O primeiro estudo mostrou que em apenas 23,6% das sentenças houve ruptura, das quais 12% no espaço entre o sujeito e o verbo, e 12% no espaço entre o verbo e o argumento interno. Ampliando o campo de observações de modo a incluir as rupturas pré e pós-sentenciais, e ainda entre o verbo cópula e seu termo adjacente, eles encontraram os seguintes casos de sintaxe interrompida:

(78) *you se quiser vai a pé [ruptura no espaço Suj... Verbo]*

(79) *eu pago... agora não me lembro assim de cor mas é um determinado número... não sei quanto de UPCs [ruptura entre Verbo e CØ]*

(80) *ele é... é... era do... dois mil e oitocentos [ruptura entre Cópula e Predicativo]*

(81) *quer dizer... ele deve ter sido formado em odontologia [ruptura antes da sentença]*

(82) *eu assisti à bola de ouro dele... quer dizer... uma coisa rara ainda... né... bo-
 das de ouro (ruptura depois da sentença).*

No segundo estudo procurou-se verificar que elementos preenchem os espaços interfuncionais, constatando-se o seguinte: (i) Em 62,8% dos casos, a fronteira intersentencial não é preenchida por elementos lexicais de qualquer espécie, isto é, não há desativação. (ii) Há mais preenchimentos antes do tópico e do sujeito [portanto na margem mais à esquerda da sentença] do que após o verbo. (iii) Os elementos discursivos e os adjuntos são os principais preenchedores. (iv) Mulheres lexicalizam mais que os homens os espaços intersenciais, o que permite falar num "sotaque sintático".

Interpretando esses achados, Mary Kato escreveu o seguinte, na introdução de um dos volumes da série "Gramática do Português Falado": "Parece que no PB, quando há um argumento nulo, sujeito ou objeto, há uma tendência a compensar o vazio com um preenchedor. No caso do complemento, a tendência é escolher um adjunto. No caso do sujeito nulo, o falante tem duas escolhas: preencher a posição anterior ao sujeito nulo com um preenchedor discursivo, ou a posição posterior ao sujeito nulo com um adjunto. Em ambos os casos a construção V___ inicial é evitada": Kato (Org. 1996: 23).

Isto quer dizer que no Português Falado há uma correspondência entre desativar a propriedade de transitividade do Verbo (produzindo argumentos elípticos) e ativar a de construção do Adjunto e de elementos discursivos. Ligando esta observação à do item 2.4, relativa à ocorrência de repetições nos espaços em que não se descontinua, constata-se que há mesmo uma simultaneidade de instruções quanto a ativar / reativar / desativar propriedades dos itens lexicais.

3.1 - Desativação do núcleo do predicado

Uma vez instalado no fluxo da consciência, o verbo pode ser elidido, como se vê em

(83)

Doc. agora ()	a terra	como é que era preparada?	
ou	Ø	Ø	manualmente
ou	Ø	Ø	mecanicamente?
Loc. bom... até a:..			
bom...	Ø	Ø	manualmente sempre
quer dizer	Ø	Ø	com enxada

(DID SP 18: 71-76)

No exemplo acima, tanto o Doc. quanto o Loc. omitem "era preparada" (e também o argumento externo "a terra"), concentrando-se o Rema nos advérbios e no adjunto adverbial, os quais operam como prediadores secundários.

A descontinuação pode dar lugar a proformas verbais, sejam os chamados "verbos vicários", como *fazer*, sejam advérbios como *também*: a este respeito, v. Vogt (1977: 121). Estas constatações poderiam dar surgimento a projetinhos específicos sobre as condições e as consequências da omissão do Verbo.

3.2 - Desativação do argumento externo

Observando o Português em comparação com outras línguas, observou-se que nossa língua se inclui entre as de parâmetro "pro drop", distinguindo-se de línguas que não "deixam cair", isto é, não omitem argumentos sentenciais. Para Você dar-se conta disso, basta construir sentenças simples como "Vi" em Inglês (= "I saw him") e em Francês (= "Je l'ai vu"). Comparando tais sentenças, Você notará, em seguida, que em Português não é obrigatório reter o sujeito ou o OD de Vi, e mesmo assim a sentença está bem construída, é entendida por qualquer falante. Ora, no Inglês e no Francês seriam inaceitáveis sentenças como * "Saw", * "Ai vu". Por outras palavras, em nossa língua é possível representar os argumentos do verbo seja através das classes mencionadas no item 2, seja simplesmente fazendo um silêncio. O nome técnico para esse silêncio é "categoria vazia" (ou nula, elíptica, oculta). Ao ouvir uma sentença como "Vi", procuramos no discurso anterior quem ou o quê foi visto, pois o "silêncio sintático" dispara em nossa mente uma instrução do tipo: "procure por af ou OD", já que o sujeito está indicado na morfologia de vi. As categorias vazias, portanto, representam um tipo especial de anáfora. Já quem fala Inglês ou Francês não dispõe dessa liberdade toda. Dizemos, então, que o Português é uma língua "pro drop". Que chique, não? Saia por aí contando pro povo essa descoberta, Você fará o maior sucesso! E depois, comparando o Português do Brasil com o Português de Portugal, pesquisadores notaram que a localização da categoria vazia não é idêntica nessas duas variedades: no Brasil omite-se mais o objeto direto do que o sujeito, enquanto que em Portugal a relação seria inversa.

Galves (1984, 1988) e Kato (1993) têm dado uma interpretação gerativista a esse fenômeno, enquanto que Tarallo (1986), Omena (1978)

e Duarte (1989) a abordam de um ângulo variacionista. Segundo Taral-ro, há um apagamento de 34,4% do sujeito, contra 81,8% do objeto di-reto e 59,2% do objeto indireto. Resultados muito semelhantes foram alcançados pelas outras autoras. Seria muito importante comparar esses resultados com os da LE. Em algumas pré-análises, em que parti de textos jornalísticos, a retenção dos argumentos é mais acentuada que sua elisão, o que talvez se explique pela função maiormente informati-va desse tipo de corpus.

Já vimos em 2.5 que as elipses estão ligadas à repetição. Parece haver também uma relação entre o traço semântico do sujeito e seu ocultamento. Num pequeno estudo sobre as condições de apagamento do Sujeito, mostrei que a agentividade do sujeito favorece sua elisão, enquanto que a não-agentividade favorece sua retenção, numa propor-ção de 63% para 37%, respectivamente: Castilho (1987).

Na literatura recente sobre a elisão do sujeito, vem-se estabele-cendo uma relação entre morfologia verbal rica e omissão do sujeito, e, ao contrário, morfologia verbal pobre e retenção do sujeito. A hipótese é particularmente instigante no caso do Português, pois essa língua vem "simplificando" sua morfologia. Assim, de um quadro de seis formas verbais (como em *canto, cantas, canta, cantamos, cantais, cantam*), ti-vemos, com a substituição de *tu por você*, e *vós por vocês*, uma redu-ção para quatro formas (visto que *você(s)* leva o Verbo para a terceira pessoa), e depois, para três formas, quando se começou a substituir *nós* por *a gente* (que também leva o Verbo para a terceira pessoa).

Kato, Nascimento e alii (1996b) chegaram a resultados que nem sempre confirmam a correlação "morfologia pobre - sujeito nulo". Exa-minando dados do Projeto NURC, eles constataram que em apenas 19% das ocorrências de sujeito na primeira pessoa do singular ocorreu o sujeito nulo. Essa manifestação do sujeito mostrou-se preferida nos seguintes casos: segunda oração coordenada, oração raiz, oração de-pendente, verbo inclusivo, verbo com argumento interno oracional, segunda e terceira pessoas - este, um resultado particularmente inespé-rado. Como eles reconhecem, "*justamente a pessoa marcada morfolo-gicamente tem menor ocorrência de sujeitos nulos que as pessoas não-marcadas*" (p. 260).

E agora que Você pegou gosto pelo assunto, saiba que o Português já ocultou o sujeito mais do que hoje em dia! Duarte (1993) foi atrás disso, examinando peças teatrais de escritores brasileiros, dos sécs. XIX e XX. Fichando tudo com muita paciência, ela achou os seguintes

valores: 80% de sujeito Ø em 1845, 78% em 1882, 75% e 1918, data a partir da qual cai dramaticamente o percentual, até atingir, em 1992, menos de 30%! Quer dizer, neste final de milênio estamos acabando com a raça do sujeito oculto, e preenchemos seu lugar em 70% dos ca-sos, se não errei na conta. Segundo Duarte, ainda mantemos o sujeito oculto (i) na primeira pessoa do singular, "em orações independen-tes com verbos simples no presente ou passado, quase sempre precedi-dos por uma negação, ou com uma locução verbal" (p.119), como em:

(84) *Ø Não posso mais ficar aqui a tarde toda, não, Ø tirei quatro notas verme-lhas. Ø Preciso dar um jeito na minha vida.*

(ii) na mesma pessoa, em orações subordinadas:

(85) *Eu não sei se Ø vou conseguir numa sessão só,*

(iii) na segunda pessoa, nas interrogativas:

(86) *Ø já se esqueceu?*

(87) *Ø falou com ele?*

Haveria por trás disso a motivação morfológica já mencionada: se é possível reconhecer o sujeito pelos morfemas número-pessoais (*o*), (*y*) e (*w*) dos exemplos (84) e (85), para quê preencher essa função com o pronome *eu*? Mas note que a coisa não é tão simples, pois na pri-meira sentença de (85) (*y*) de *sei* esclarece que se está falando da pri-meira pessoa, e mesmo assim lá veio o *eu*. Em (86) e (87) uma eviden-te característica discursiva, o fato de que se está falando com um *you*, dispensaria o uso desse pronome.

E agora? Quem tem razão? Parece que o certo é observar se a ida-de, o nível sócio-econômico dos brasileiros e a modalidade falada ou escrita que eles estão usando não estariam criando diferentes gramáti-cas do sujeito oculto. Quer dizer, não podemos esperar que fenômenos tão variados como são as línguas haveriam de admitir uma única regra gramatical para, por exemplo, "zerar" o sujeito. Pode ser que tenhamos várias gramáticas do sujeito nulo no Português Brasileiro, convivendo numa boa. A variedade vivifica, a uniformidade mata. Mas é evidente que teríamos de identificar os fatores que estão por trás de cada uma dessas gramáticas. Dê sua contribuição ao debate! Estude como seus alunos estão se virando com essa regra. Pesquisando nas "entrevistas

concedidas por seus alunos", depois de gramaticalmente transcritas, compare inicialmente os casos de preenchimento com os de não preenchimento. Nos dados do Projeto NURC, há entre 60% e 70% de sujeitos preenchidos. Portanto, entre 40% e 30% dos sujeitos são elípticos - um pouco mais do que os valores encontrados por Duarte (1993). Mas note que ela operou sobre a LE, mesmo sendo os diálogos das peças teatrais. Depois disso, tente identificar as razões que os levam ora a manter, ora a elidir o sujeito. Provoque uma grande discussão entre seus alunos, para ver como se pode entender esse fenômeno. Gramática é debate, não é decoração de regras.

Estas observações precisam ser complementadas por mais pesquisa. Seria necessário indagar se complementos nominais e complementos verbais estão sujeitos às mesmas regras de omissão. E para ficar só com os complementos verbais, será que o OD nulo funciona do mesmo jeito que o OI e o OBL nulos? Com a palavra Você e seus alunos!

3.3 - Desativação dos argumentos internos

Vou mencionar apenas a elisão do OD, retomando as descobertas de Duarte (1989). Entre outras questões, ela se pergunta se haveria condicionamentos sintáticos que expliquem essa elisão. Para trabalhar sua hipótese, a Autora distinguiu as estruturas sentenciais em simples (S+V+OD, S+V+OD+OI) e complexas (S+V+OD+Predicativo). Separando os ODs preenchidos dos não-preenchidos, ela constatou o seguinte:

(1) Se o falante constrói uma estrutura simples, aumentam as possibilidades de elidir o OD, o que ocorre em S+V+OD [62,3% de não-preenchimentos, contra 37,7% de preenchimentos], e em S+V+OD+OI de (88):

(88) *Conta essa história do seu avô de novo. Você já contou Ø pra ele?*

em que há 78% de não-preenchimentos, para 22% de preenchimentos.

(2) Se o falante opta por uma estrutura complexa, aumentam as possibilidades de retenção do OD, seja por meio do pronome *ele*, seja por meio de uma sentença infinitiva, como em

(89) *Eu não tenho nada pra reclamar não. Eu acho ela sensacional,*

(90) *Ontem ele foi ao cardiologista. Eu já deixei ele ir ao cardiologista sozinho há muito tempo.*

(91) *Eu queria ter uma irmã. Eu acho ter uma irmã tão bom!*

(3) A idade e a formação escolar não têm a menor importância na emergência da categoria vazia, o que mostra que a elipse do OD está bem estabelecida na estrutura dessa variedade do Português.

Estudando 453 sentenças do D2 SP 62, encontrei apenas 17% de ODs elípticos, contra 82% de ODs expressos, resultados que se chocam com os de Duarte. Por que será? A entrevista que examinei integra o corpus do Projeto NURC, em que as entrevistas eram tematicamente orientadas, dando mais importância à informação do que à interação propriamente dita. Isto pode explicar os resultados obtidos, e, portanto, poderíamos formular a hipótese de que nos textos mais densos de informação não se elide o OD. Se Você refizer essas pesquisas no seu corpus, e ainda na LE, certamente encontrará outros tantos valores, o que será de interesse para se entender como, nas diferentes situações de uso da língua, mudamos a frequência de preenchimento / não preenchimento das funções sentenciais. Isto significaria que não há uma só "gramática" do OD, e sim "gramáticas em convivência".

Também aqui, reflexões diacrônicas sobre a constituição do quadro identificado por Duarte são bastante reveladoras. Assim, no quadro de um trabalho sobre as estratégias de pronominalização no Português Brasileiro, Tarallo (1983) comprovou uma continuada queda no preenchimento de OD, conforme demonstra esse quadro que ele apresenta à pp. 166 e 193 de seu trabalho:

Frequência da retenção de OD anafórico em cinco momentos históricos

Primeira metade do séc. XVIII	82%
Segunda metade do séc. XVIII	96,2%
Primeira metade do séc. XIX	83,7%
Segunda metade do séc. XIX	60,2%
Corpus sincrônico (1982)	18,0%

Esse quadro aponta para o século XX como o momento decisivo para a virada no processamento do OD: sendo uma função de preenchimento praticamente obrigatório até a primeira metade do séc. XIX, a partir de então é a categoria vazia que predominará nesse lugar da sentença. Isso certamente tem a ver com a mudança sofrida pelos clífticos. Seu desaparecimento da gramática do PB justificaria a preferência pela categoria vazia.

As observações de Tarallo foram confirmadas por Cyrino (1990). Ela mostra que a partir da segunda metade do séc. XIX começam a aparecer os primeiros pronomes lexicais *ele* em função de OD, numa frequência de 8,6% se comparados com os clíticos.

E seus alunos, o que será que eles fazendo com o OD? Que tal fazer um projétilo igual ao de Duarte? Posso assegurar que será bem mais proveitoso e divertido do que ditar um ponto de gramática, apresentar como exercícios só o que "se encaixa", intercalando bocejos entre uma chatices e a outra.

4. Ligações sentenciais e gramaticalização das conjunções

No item 1.3 do Cap. II, andamos observando o trabalho dos Marcadores Conversacionais "orientados para o texto", tendo constatado que eles operam ali na ligação de UD's. Ainda que de passagem, sugeriu-se que Adv's. podem transformar-se em conjunções sentenciais. Parafraseando o Gênesis, e saltando um pouco a imaginação, poderíamos dizer que *no começo eram as conversas no Éden, com seus maravilhosos marcadores conversacionais; ao mesmo tempo, caracterizaram-se os conectivos textuais, expressos por meio de Adv's Não-Predicativos; no sétimo dia, apareceram as conjunções sentenciais, e aí se fez a Sintaxe*. Tudo muito bonito, agora, o diabo é comprovar isso tudo. É o desafio deste item. Vamos lá.

Para examinar essa hipótese, teremos de admitir que as palavras estão continuamente sujeitas ao processo de gramaticalização. Vamos entender por isso "o caminho percorrido por uma palavra, ao longo do qual ela muda de categoria sintática, recebe propriedades funcionais na oração, sofre alterações semânticas, morfológicas e fonológicas, e inclusive desaparece, como consequência de uma cristalização extrema": Castilho (1987a).

A hierarquia lexical já mencionada atrás, pela qual os itens do Léxico se dividem em *palavras principais, palavras acessórias e palavras gramaticais*, capta essa caminhada. Os Adv's figuram aí entre as palavras acessórias, isto é, eles mesmos já provêm da gramaticalização de palavras principais. E de fato, um nome como *tipo* vira de repente um Adv. Delimitador, em expressões como "*bom... tipo... que tal comer uma pizza?*". Isso para não falar na palavra latina *passu*, que deu o Adv de Negação arcaico *passo*, na expressão "*jalarei passo*". Hoje como ontem, substantivos cansam da vida que levam e pulam para o barco

dos Adv's. Mas nem todos ficam aí, e continuam suas andanças, acabando um dia como conjunções sentenciais. "Acabando" ficou meio anticomático, não?

É claro que não dará para examinar aqui todas as conjunções de nossa língua à luz dessa hipótese. Vou fixar-me em algumas delas. Entendendo bem os pressupostos teórico-metodológicos dessa percurso (ou, por outras palavras, aprendendo o caminho das pedras...), Você poderá completar o quadro, trabalhando com seus alunos. Para dispor de um plano sistemático de observações, comecemos por estabelecer uma tipologia das ligações sentenciais.

4.1 - Tipos de ligação sentencial

Sejam as seguintes ocorrências:

- (92) *O aluno falou e o professor saiu.*
- (93) *O aluno que falou era o melhor da classe.*
- (94) *O aluno falou que o professor tinha saído.*
- (95) *O aluno falou quando o professor saiu.*
- (96) *O aluno falou tanto que ficou rouco.*
- (97) *Escrever, não ler, o pau comeu.*
- (98) *Não pagou, foi para a cadeia.*

Os enunciados acima têm em comum disporem de mais de um verbo, contendo, portanto, mais de uma sentença. Nos cinco primeiros enunciados, as sentenças estão ligadas por classes tais como *e, que, quando*. Nos dois últimos, uma pausa, assinalada na LE por uma vírgula, estabelece uma relação que pode ser interpretada como de condição, explicitável pela paráfrase

- (97a) *Se escrever e não ler o pau comerá.*

ou de causa, como em

- (98a) *Foi para a cadeia porque não pagou.*

Olando esses dados mais de perto, nota-se que diferentes tipos de relação foram estabelecidas entre a primeira e a segunda sentença, o que se pode demonstrar alterando a ordem de figuração das sentenças no interior dos enunciados.

Em (92), a inversão de sua ordem nos leva a um enunciado gramatical e semanticamente aceitável:

(92a) *O professor saiu e o aluno falou.*

O mesmo não ocorre com os demais casos, em que a inversão das sentenças a partir das conjunções dá origem a construções marcadas, como em (94a) e (95a), ou mesmo inaceitáveis, como em (93a), (96a) e (97b), ou, ainda, duvidosas, como (98b):

(93a) **Que falou era o melhor aluno da classe o aluno.*

(94a) *Que o professor saiu o aluno falou.*

(95a) *Quando o professor saiu o aluno falou.*

(96a) **Que ficou rouco o aluno falou tanto.*

(97b) **O pau comeu, não leu, escreveu.*

(98b) *? Foi para a cadeia, não pagou.*

Esse teste mostra que as sentenças acima estão estruturadas de formas diferentes.

Em (92), ambas as sentenças são reversíveis, nenhum termo da segunda está subcategorizado ou ligado por adjunção a algum termo da primeira, sendo que cada uma constitui um ato de fala. Isso mostra que elas têm o mesmo nível. Diremos que elas constituem *estruturas independentes, ou coordenadas*.

Em (93), a sentença "que falou" está encaixada no SN *o aluno*, de que faz parte como um Complementador. Em (94), a sentença "que o professor saiu" está encaixada no SV *falou*, de que é um argumento interno. Em (95), a sentença "quando o professor saiu" é um Adjunto do SV *falou*, como se vê pela possibilidade de substituí-la por um SP que funciona como Adjunto Adverbial:

(95b) *O aluno falou naquele momento.*

Acresce que essas sentenças constituem um único ato de fala. Constatamos que há uma relação de dependência entre elas. Diremos que elas constituem *estruturas dependentes, ou subordinadas*.

Em (96), nota-se que a sentença "que ficou rouco" se correlaciona com *falou tanto*, de tal forma que a omissão de *tanto* daria origem a uma sentença não parafraseável por (96):

(96b) *O aluno falou que ficou rouco,*

pois (96b) ficaria sintaticamente semelhante a (94), que é outra estrutura. Nota-se, também, que é impossível omitir *tanto quanto*:

(96c) *? O aluno falou ficou rouco.*

Reconhecemos que há uma relação de interdependência entre essas sentenças, que constituem as *estruturas interdependentes, ou correlatas*.

Esses três tipos de relação intersentencial constituem as *Sentenças Complexas*, entendendo-se por isso duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlata. A gramática tradicional cunhou para estes casos a expressão "período", que tem a deficiência de criar outra unidade para a Sintaxe. Ora, operando com as unidades *sintagma* e *sentença*, é possível analisar as expressões nesse nível. Se um dos termos constituintes de uma sentença é outra sentença, tudo bem, diremos que tal sentença se complexificou. Não é necessário inventar outra unidade para isso. As mesmas regras de construção de uma sentença simples dão conta das sentenças complexas.

Não é pacífica, na literatura especializada, a forma de tratar as sentenças complexas. A maior parte dos Autores desconsidera a correlação, classificando as sentenças complexas a partir dos seguintes parâmetros:

(1) Sentenças complexas estruturadas por justaposição: uma sentença se apõe à outra, sem qualquer nexo conjuncional. São aqui reunidas as justapostas e as Assindéticas, como em (97) e (98).

(2) Sentenças complexas estruturadas por coordenação: uma sentença se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais. Como há uma relação de independência entre elas, não é adequado considerar a primeira como a "principal". Afinal, cada elemento coordenado tem natureza sintática idêntica à dos demais elementos. Um elemento coordenado não modifica o outro, no sentido de que não lhe dá qualquer contribuição semântica, como em (97) e (98).

(3) Sentenças complexas estruturadas por encaixamento são aquelas em que uma sentença está encaixada num constituinte da outra: (i) O encaixamento ocorreu no SV da primeira sentença, estabelecendo-se uma relação argumental entre elas, como em "Disse que vi:

zha": identificamos uma subordinada substantiva. (ii) O encaixamento ocorreu no SN anterior, estabelecendo-se uma relação de expansão, como em "O mento que chegou": identificamos uma subordinada adjetiva ou relativa. Denomina-se *Matriz* a sentença ou o sintagma que contém o constituinte gerador da dependência. O segmento matriz é o elemento superordenado, modificado semanticamente pelo elemento subordinado. A denominação "principal" tem o defeito de conotar "pensamento principal", verbalizado por essa sentença. Como bem assinala Jespersen (1924: 134), "*importa em primeiro lugar perceber que a idéia principal não é sempre expressa pelo que se chama 'proposição principal'*". Jespersen tem razão. Em "*Acho que vai chover*" a informação principal está contida na oração subordinada, e a matriz apenas a modaliza. De novo, Semântica e Sintaxe são módulos autônomos, e um não determina o outro.

(4) Sentenças complexas estruturadas sem encaixamento: uma sentença está em relação de adjunção com outra, como em "*Saiu quando eu cheguei*". As subordinadas adverbiais integram esse tipo de dependência.

(5) Sentenças complexas estruturadas de tal forma que na primeira sentença figura uma expressão correlacionada com outra expressão, constante da sentença seguinte, como em "*Falou tanto que ficou rouco*". Essas são as *sentenças interdependentes ou correlatas*. As complexas correlatas verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco. Como já mencionei anteriormente, não há unanimidade em admitir estas últimas como um processo de ligação intersentencial.

Se raciocinarmos em termos da teoria dos conjuntos, diremos que as sentenças independentes constituem conjuntos autônomos, as dependentes são conjuntos inseridos em outro conjunto, hierarquicamente superior, e as interdependentes são conjuntos que se interpenetram. Você poderia representar isso graficamente, usando aqueles desenhos dos livros de Matemática.

Vejam alguns tipos de coordenadas, subordinadas e correlatas, focalizando a atenção no processo de gramaticalização de algumas de suas conjunções.

4.2 - A coordenação

Examinando textos falados e escritos, é possível identificar os seguintes tipos de coordenação:

4.2.1 - Conjuntiva ou aditiva, promovida pela conjunção *e*. O que é dito do primeiro termo, vale para o segundo:

(99) *Vi um homem e um cão.*

Mas anda por aí muito *e* que encabeça o enunciado, parecendo ligá-lo a um enunciado anterior, não verbalizado. Mattos e Silva (1989: 655) reconhece que "*O e além de expressar a cópula de enunciados e de constituintes, é profusamente usado no corpus como uma espécie de encadeador da narração, equivalente, poderíamos dizer, ao ai hoje tão comum em narrativas orais informais*". Ela encontrou diversas evidências desse uso no português trecentista, em que *e* parece conservar traços semânticos de um antigo uso adverbial, como em *Ide-vos a bôa ventura, ca non ei eu mester cavallo. E eles deceron das bestas e poseoron-no contra sa voontade em cima de seu cavallo de que o primeira-mente derribaron encima e foron-se logo muit'ag-íha.*

Scorretti (1989: 234) vai pelo mesmo caminho, mostrando que *e* pode figurar no início do enunciado, posição em que, segundo ele, "*parece ser sintaticamente inativo*", como em:

(100) *E se eu não o encontro?*

(101) *E dizer que eu mal o conhecia!*

(102) *E que me importa?*

Esse Autor reconhece que tal uso suscita a impressão de um discurso pré-existente à sentença com *e*. Aqui deve estar a chave para o entendimento dos exemplos acima. *E* deve ter sido um Adv. lá pelo tempo dos indoeuropeus. Como tal, aparecia marcando conversas retomadas, como nos exemplos de Scorretti, e ainda neste, muito comuns entre nós: "*é aí, cara, andou sumido?*". De ligador de turnos conversacionais, ele passou a ligador de sentenças, gramaticalizando-se. Assim, quando Scorretti fala num "*e sintaticamente inativo*", é porque está limitando a Sintaxe ao estudo da sentença. Ora, de (100) a (102), é visivelmente liga atos de fala. E daí, não se poderia postular uma sorte de macrosintaxe para apanhar esses casos? Afinal, o mecanismo é o mesmo.

4.2.2 - Disjuntiva ou alternativa: essa coordenação é marcada pela conjunção *ou*. O que é dito para o primeiro termo não vale para o segundo:

4.2.3 - Contrajuntiva ou adversativa, marcada por *mas*. O que é dito na segunda sentença contraria as expectativas geradas pela primeira:

(104) *Pensei que ia dar certo, mas me enganai.*

Essa conjunção tem uma história de gramaticalização lindíssima. Querem que eu conte? Lá vai. Relembremos, inicialmente, que *mas* deriva de *magis*, advérbio latino cujo valor semântico de base era estabelecer comparações de quantidades e de qualidades, identificando-se nele, ainda, valores secundários de inclusão de indivíduos num conjunto:

(105) *precisamos de mais professores de Português.*

(106) *ele tem mais livros do que seu vizinho.*

(107) *falou mais alto do que seu colega.*

Em (105) e (106), *mais* toma por escopo as expressões referenciais *professores de Português* e *livros*, funcionando como um Advérbio Não-Predicativo de Inclusão. Em (107), ele toma por escopo uma expressão predicativa, o adjetivo *alto*, funcionando como um advérbio predicativo Intensificador.

O valor inclusivo de *mais* o predispôs a atuar no módulo do Discurso, como uma espécie de conectivo de turnos e de unidades discursivas. Esse mesmo valor, após transformações metonímicas, o predispôs a atuar no módulo da Gramática, como uma conjunção de contrajunção. Discurso e gramática, portanto, exploram propriedades léxico-semânticas de *mais*, dando origem a um conjunto de expressões sincrônicas, que poderíamos dispor num eixo que iria de /+ Inclusão/ para /+Contrajunção/. Quero sublinhar que será ilusório supor que haja uma grande nitidez separando um uso do outro. Além disso, é preciso considerar que os "antigos" e os "novos" valores convivem numa mesma sincronia, num mesmo estágio de língua, configurando "gramáticas em convivência".

(1) *Mas* como marcador conversacional

Na interação conversacional, *mas* ocorre no Lugar Relevante da Transição, ligando turnos para organizar uma Unidade de Construção de Turno:

(108) *L2 - não... Recife é a maior cidade do mundo... porque é aqui que o Capibaribe se encontra com o Beberibe para formar o Oceano Atlântico*

L1 - eu concordo com Você

L2 - ((riu))

L1 - mas então há esse problema... então a coisa se agrava (D2 REC 5: 1197-1202).

(109) *L1 - gosto do campo pra dormir... descansar por lá... negócio de cultivar não é comigo...*

Doc - mas você falou que você passava férias numa fazenda...

L1 - eu gosto de andar a cavalo...

Doc - sim mas você não pode descrever pra ele pelo menos como é que é essa fazenda? (D2 RJ 158: 74-80).

(110) *L1 - (...) a televisão está promovendo Flávio Cavalcante*

L2 - mas mas só pode promover mesmo (D2 REC 5: 264).

Situado no início da interrupção da fala do locutor anterior, *mas* verbaliza por parte do interlocutor sua percepção do completamento da atividade verbal, e a decorrente necessidade de gerar novas atividades. Desse ponto de vista, muitas construções com *mas* configuram o Princípio de Projeção Interacional mencionado no Cap. I. Assim, em (108), o locutor procura retomar o tópico conversacional; em (109), o documentador toma o turno de L1, insistindo em agregar o tópico "atividades na fazenda", sobre o qual L1 não parece disposto a falar; em (110), L2 toma o turno para sublinhar o que L1 quer desqualificar como argumento. Em todos esses casos, *mas* encabeça os enunciados, agregando novos enunciados em continuação. O mesmo ocorre com

(111) *L1 - [[Lins]] não tem muito movimento... êh: chega seis sete horas*

L2 mas que

L1 - todo mundo na rua...ah... não sei deve ter uns...

L2 - tamanho tem lá? quantos habitantes? (D2 SP 343: 60).

(112) *L1 - se sair antes das seis da manhã sai melhor porque*

L2 - não...

L1 - mas eu acho que

L2 - dá demais em Teófilo Ottoni (D2 SSA 98: 135).

(113) *L2 - (...) o poeta hoje (...) não precisa mais ficar tuberculoso e morrer de fome*

L1 - não... mas isso aí é outra coisa (D2 REC 5: 480).

(114) *Doc - a gente espera que vocês conversem... dialoguem...*

L1 - não... mas vocês vão puxar... que nós... não vamos falar nada (D2 SSA 98:5).

Este valor de *mas* já tinha sido analisado por Dias de Moraes (1987).

(2) *Mas* como conectivo textual

Como se sabe, certos Marcadores Conversacionais funcionam como conectivos textuais, unindo Unidades Discursivas. Ora, os valores léxico-semânticos de *mas* o predisõem a atuar também como ligador dessas unidades, como se pode ver nos seguintes exemplos:

- (115) *Unidade A - e: at eu comecei a prestar atenção naquela tela pequena... vi... não só que lá se fazia muita coisa boa e também muita coisa ruim... é claro...*
Unidade B - mas vi também todas as possibilidades... que aquele veluco en-sejava e que estavam ali laTENtes para serem aproveitados (D2 SP 333: 17-23).

(3) *Mas* como conjunção adversativa: gramaticalização

O uso adversativo de *mas* implica (i) na perda de suas propriedades semânticas de Advérbio de Inclusão, preservadas enquanto Marcador Conversacional e enquanto conectivo textual, (ii) na perda ainda mais severa de massa fonética; a este respeito, basta comparar o dissílabo latino *magis* com o monossílabo português *mas*, (iii) no ganho de outras propriedades, notadamente a de contração.

Em seus novos usos, *mas* passa a funcionar como operador argumental, como demonstraram Ducot-Vogt (1979) e Neves (1985). Dias de Moraes (1987: 15) agrega a isto que "*mas acrescenta ao valor sintático de co-ordenador, isto é, de bloqueador da oposição do segundo segmento ao primeiro, o traço sêmico de desigualdade*". Operando igualmente na linha analítica da Semântica Argumentativa, Koch (1992b: 36-37) mostra que essa conjunção passa a ter um funcionamento bastante semelhante ao de *embora*: "*Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo MAS e os do grupo EMBORA têm funcionamento semelhante: eles optem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à estratégia argumentativa utilizada pelo locutor: no caso do MAS, ele emprega (segundo E. Guimarães) a 'estratégia do suspense', isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão ~R; ao empregar o EMBORA, o locutor utiliza a 'estratégia de antecipação', ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo embora vai ser anulado, 'não vale'".*

Será interessante indagar como foi que o valor de soma, preservado no módulo discursivo, atenuou-se no módulo gramatical, surgindo neste o valor de contração. Creio que esse valor representa a culminação de um processo que envolve os seguintes passos: (i) *mas* não contração, em sentenças afirmativas, (ii) *mas* contração, em sentenças negativas, (iii) *mas* contração, em sentenças formalmente afirmativas, porém com um valor implícito de negação de expectativas. Vejamos alguns exemplos dessa escala:

(3.1) *Mas* não contração em sentenças afirmativas

- (116) *a gente vive de motorista o dia inteiro, mas o dia inteiro. (D2 SP 360: 94.*
(117) tem um choque uma diferença uma depressão um vazão... sabe?... uma coisa incrível mesmo... mas incrível (D2 RJ 147: 188).
(118) nós temos tantos amigos desintegrados (...) mas nós só temos amigos assim de família destruída (D2 RJ 147: 167).

Os exemplos acima mostram um *mas* gerenciado pelo processo da construção por reativação, com valor semântico ainda inclusivo, ora somando sintagmas, ora somando constituintes de sintagmas, ora somando sentenças, sem que o segmento por ele introduzido se contraponha de alguma forma ao conteúdo do segmento anterior.

(3.2) *Mas* contração, unindo segmentos negativos

Nestes casos o segmento negado pode preceder ou seguir o item *mas*. O valor contração ainda se concentra nessas negações explícitas, que podem vir expressas pelo Advérbio *não*:

- (119) *eu acho bonito tudo aquilo como paisagem... assim... mas como meio de vida eu não me adaptaria a isso... eu gosto de ficar em lugares isolados por algum tempo... mas não por muito tempo (D2 RJ 158: 86-88).*
(120) ela está lá mas não funciona (D2 SP 343: 101).
(121) talvez os tempos não fossem os mesmos... mas ela conseguiu (D2 POA 291: 207)
(122) [a pojeim] não vive em função deles mas de manhã a única função dela é me ajudar com eles (D2 SP 360: 306).

(3.3) *Mas* contração em sentenças afirmativas

Agora, o valor de contração não decorre da negação de um dos termos ligados por *mas*, concentrando-se apenas nesse item: